

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito
Anexo I - Decreto 12.525/2017
VALORES UNITÁRIOS DE AJUDA DE CUSTO
UFNIT

CARGO / FUNÇÃO	VIAGENS NO PAÍS	UFNIT	VIAGENS NO EXTERIOR UFNIT
Secretário Municipal ou Equivalente	3,90		6,50
Subsecretário Municipal ou Equivalente	3,70		5,85
Assessores e Chefes de Departamento ou Equivalentes	3,50		5,30
Demais Cargos Comissionados	3,25		5,00
Demais Servidores	3,25		5,00

REPUBLICADO POR HAVER SAIDO COM INCORREÇÃO

Portarias

Port. Nº 777/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de Chefe da Policlínica Almir Madeira, FMS-5, da Superintendência de Assistência ao Servidor, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Walter dos Santos Chame.

Port. Nº 778/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **THAÍS ARAÚJO MARCHON** para exercer o cargo de Chefe do Serviço de Supervisão, FMS-6, da Policlínica Almir Madeira, da Superintendência de Assistência ao Servidor, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Marcia Duarte Cordeiro.

Port. Nº 779/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **ANTONIO JULIO DIAS JUNIOR** para exercer o cargo de Assessor Técnico, CC-1, da Secretaria Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Jessé da Silva Dutra, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 780/2017- Considera nomeados, a contar de 04/01/2017, para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09, os servidores abaixo:

CRISTIANNE DIAS HATHERLY
ROBERTO DE SOUZA MARINHO

Port. Nº 781/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **ROBSON JORGE DA COSTA LIMA MENEZES** para exercer o cargo de Chefe de Divisão, CC-2, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 782/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **ANDREA LOUREIRO NOGUEIRA** para exercer o cargo de Chefe de Divisão, CC-2, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 783/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **SÉRGIO ALMEIDA FIRMINO** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, em vaga da exoneração de Jorge Ronaldo Vieira Carneiro, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 784/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **MARCELA BASTOS MENDES** para exercer o cargo de Chefe de Serviço de Vigilância em Saúde, FMS-6, da Unidade Básica de Santa Bárbara - Dr. Adeldo de Mendonça e Silva, da Vice Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e de Família, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Priscilla Lopes de Carvalho.

Port. Nº 785/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **MARIA CRISTINA VASCONCELOS CONTEIRAS PADILHA** para exercer o cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em vaga da exoneração de Aldir Cabral de Araújo.

Port. Nº 786/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **LINDALVA CAVALCANTI CID** para exercer o cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Port. Nº 787/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **RAFAEL MATHIAS SARAMAGO** para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Port. Nº 788/2017- Considera nomeados, a contar de 04/01/2017, para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09, os servidores abaixo:

CHARBEL TAUIL RODRIGUES
ANDREA NATALINA FERNANDES SALGADO PACHECO

Port. Nº 789/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **FRANCISMEIRE SOARES XIMENES** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em vaga da exoneração de Odimar Domingo Silva de Azevedo, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 790/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **DANIELLE DOS SANTOS VIANNA** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em vaga da exoneração de Alex Sandro Huguenin da Silva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 791/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **ROBERVAL BATISTA DE UZEDA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em vaga da exoneração de Romero dos Santos Costa, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 792/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **MARCIO LOURENÇO FIGUEIREDO** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em vaga da exoneração de Roberto Luiz Rodrigues de Oliveira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 793/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **VITOR PALMIERI PACHECO** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em vaga da exoneração de Roberto José de Freitas Lima, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 794/2017- Considera nomeados, a contar de 04/01/2017, para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09, os servidores abaixo:

VANESSA GONÇALVES ROCHA
MONIQUE ROCHA DE OLIVEIRA PIRES DA SILVA
MÁRCIA LANA GUIMARÃES
ROSÂNGELA PINHEIRO GOMES SILVA
REGINA MOREIRA SANTOS BOUHID
ELIZABETH ROCHA DA PAZ TIRRE

Port. Nº 795/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **FABIO JUNIOR DE MELO** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Habitação e

Regularização Fundiária, em vaga da exoneração de Izabel Cristina Cardoso Silva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 796/2017- Considera nomeados, a contar de 04/01/2017, para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09, os servidores abaixo:

VINICIUS MEDEIROS FELIZARDO
JOSEFINA RANGEL RUGERO
FÁBIO JULIÃO SILVA DA CONCEIÇÃO

Port. Nº 797/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **ALBERTO VENTURA COSTA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, em vaga da exoneração de Fabio Junior de Melo, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 798/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **ELISETE JULIÃO DA SILVA AGOSTINHO** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, em vaga da exoneração de Emmanuel de Abreu, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 799/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **ANDRÉ PINTO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, em vaga da exoneração de Nadiëska Barbosa Nunes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 800/2017- Considera nomeados, a contar de 04/01/2017, para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09, os servidores abaixo:

RAQUEL DA SILVA PACHECO
MARIA CHRISTINA SÁ CORRÊA DA SILVA
REGINA DE FÁTIMA BERSOT GONÇALVES

Port. Nº 801/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **MARIA DE FÁTIMA DUARTE CARNEIRO** para exercer o cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Port. Nº 802/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **REGINA CÉLIA CRUZ RIBEIRO** para exercer o cargo de Subsecretário, SS, da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

Port. Nº 803/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **MARCIA CRISTINA QUINTANILHA ARANHA** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Executiva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 804/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **MARIANGELA VIANNA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Executiva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 805/2017- Considera nomeado, a contar de 04/01/2017, **LUCAS FERREIRA MATHEUS** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Executiva, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 806/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **LELIA OLIVEIRA PINTO** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Sandra Guimarães Bonfim, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 807/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **LILIAN AMABÍLIA ALVES VANCE TEMPERINI MARINS** para exercer o cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Pablo Coutinho Lopes, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 808/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **MARIA CRISTINA MAGALDI BAPTISTA** para exercer o cargo de Assessor de Apoio Técnico, CC-2, da Fundação Municipal de Educação, em vaga da exoneração de Ronaldo Senra Ragone, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. Nº 809/2017- Designa o Subsecretário **DANIEL DAMASCENO BARRETO** para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Secretaria Municipal das Culturas, nas faltas e impedimentos do titular.

Port. Nº 810/2017- Torna insubsistente a Portaria nº 410/2017, publicada em 14 de janeiro de 2017.

Port. Nº 811/2017- Considera nomeada, a contar de 04/01/2017, **RAQUEL DE CARVALHO MASCARENHAS** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Administração Regional de Icarai, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Corrigendas

Na Portaria nº519/2017 publicada em 18/01/2017, onde se lê: **Michelle Penha da Silva Araújo**, leia-se: **Michele Penha da Silva Araújo**.

Na Portaria nº 654/2017 publicada em 20/01/2017 onde se lê: **Vitor Hugo Chagas**, leia-se: **Vitor Hugo Chagas do Vale**

Na portaria nº 776/2017, publicada em 24/01/27, onde se lê: **Saint Claire Zugno Giacobbo**, leia-se: **Saint Clair Zugno Giacobbo**.

SECRETARIA EXECUTIVA

O Secretário Executivo torna público o deferimento das solicitações de serviços funerários nos autos dos processos administrativos:

60/401/2015
180/0047/2017
180/0055/2017
180/0060/2017
180/0058/2017
180/2177/2016
180/2099/2016
180/2003/2016
180/0050/2017
180/0040/2017
180/0054/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EXTRATO

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Reconheço a dívida a favor de Alcemaria Freitas de Souza Souza e os outros 158 funcionários do chamado “Contrato 3” referente ao processo administrativo nº 09000322/2015, relativo ao período de 25/11/16 a 31/12/16, no valor de R\$ 255.713,34 (duzentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e treze reais e trinta e quatro centavos) pelos serviços prestados de assistente social, psicólogo, educador social, auxiliar administrativo, digitador, conselheiro de dependência química, entrevistador e técnico de nível superior, com base no processo nº 090000003/2017.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO 1
TERMO DE REFERÊNCIA

1. Apresentação

Este termo de referência tem como finalidade detalhar o interesse da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ na prestação de serviços técnico-profissionais, de forma complementar, na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, bem como apresentar a relação dos procedimentos previstos "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS)" a serem contratados.

2. Definições das siglas

Para efeito deste instrumento devem ser consideradas as seguintes siglas:

- SUS – Sistema Único de Saúde
- DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
- MS – Ministério da Saúde
- GM – Gabinete do Ministro
- SAS – Secretária de Atenção à Saúde
- FMS – Fundação Municipal de Saúde de Niterói
- DECAU – Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria
- SCNES - Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- SIA – Sistema de Informação Ambulatorial
- FAEC – Fundo de Ações Estratégicas e Compensação
- PPI – Programação Pactuada Integrada
- MAC – Média e Alta Complexidade
- FPO – Ficha da Programação Físico Orçamentária
- RDC – Resolução da Diretoria Colegiada
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- SNA – Sistema Nacional de Auditoria
- PNASS – Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde
- PNH – Política Nacional de Humanização
- PNSP – Programa Nacional de Segurança do Paciente

3. Objeto

3.1. O objeto do presente é a seleção, credenciamento e possível contratação, de unidades filantrópicas, sem fins lucrativos e/ou privadas prestadoras de serviços técnico-profissionais, de forma complementar, na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, sediadas e/ou estabelecidas no Município de Niterói, credenciadas nos serviços de Média Complexidade no Município através da FMS ou habilitadas pelo Ministério da Saúde para os serviços que possuírem legislações específicas e cadastradas no SCNES, para a realização de procedimentos e exames discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS)" ¹, para atender as necessidades da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ de pacientes oriundos do SUS.

4. Justificativa

- 4.1. Considerando que a saúde é um direito assegurado a todos, por meio da Constituição Federal de 1988, inerente à vida, bem maior do homem, o Município tem o dever de prover e garantir condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sendo facultado aos Gestores do SUS lançar mão de serviços de saúde, de forma complementar a oferta pública dos mesmos.
- 4.2. Considerando a necessidade de ampliar o acesso aos serviços técnico-profissionais na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência e reduzir a lista de espera para este procedimento.
- 4.3. Considerando a necessidade de selecionar os interessados, dentro dos padrões de qualidade e parâmetros indispensáveis à boa assistência à população.
- 4.4. Considerando a responsabilidade que o Município possui de organizar o acesso aos serviços especializados de saúde para o seu território e para a macrorregião.
- 4.5. Considerando a necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde, para atender à demanda da Gestão Municipal e àquela que seja referenciada a Fundação Municipal de Saúde de Niterói.
- 4.6. Considerando que a ausência da contratação de tais serviços pode trazer prejuízos irreversíveis aos usuários atendidos e objetivando ampliar a rede de prestadores de serviços na área de saúde, melhoria na qualidade do atendimento e conhecer a real oferta de serviços, o Município de Niterói, por intermédio da Fundação Municipal de Saúde, convocam todos os prestadores de saúde, dispondo-se a contratar todos aqueles que tiverem interesse e satisfaçam os requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público, fixando os preços a serem pagos pelos procedimentos e exames médicos constantes na Tabela do SUS, não havendo caráter classificatório, inviabilizando a competição.

5. Especificação do objeto/Meta Física

- 5.1. Considerando a série histórica da produção dos serviços do ano de 2015, chegamos aos quantitativos estimados dos serviços da planilha – anexo 2.
- 5.2. A quantidade total dos procedimentos descritos poderá ser dividida em partes iguais em mais de uma unidade prestadora, desde que não lese assistência ao usuário e lhe dê melhor comodidade.
- 5.3. É obrigatória a apresentação de proposta para todos os procedimentos descritos na planilha de procedimentos obrigatórios – anexo 3.
- 5.4. Destaca-se que os quantitativos são estimados e poderão variar conforme disposições das regulamentações em vigor.
- 5.5. A(s) empresa(s) contratada(s) será (ao) remunerada(s) de acordo com a comprovação dos serviços prestados.

6. Local de execução do objeto

Os serviços, objeto do presente credenciamento, serão prestados no estabelecimento da Contratada, no município de Niterói/RJ, conforme especificações constantes no Edital e nos anexos.

7. Prazos de execução

A execução dos serviços será imediatamente após a assinatura do contrato e será, conforme a demanda da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

8. Distribuição dos Procedimentos

- 8.1. A distribuição de procedimentos por credenciada será operacionalizada pela Central de Regulação desta Fundação que é a reguladora das vagas, cujos critérios de rateio são:
 - a. A regulação do paciente para o prestador de que for mais próximo de sua residência;
 - b. Ou para o serviço que dispuser de vaga no momento da regulação do paciente;
- 8.2. A distribuição de procedimentos considerará ainda, a capacidade instalada de cada credenciada de modo que a repartição total das vagas existente ocorra de forma igualitária e proporcional à estrutura disponibilizada ao SUS, devendo objetivar, por fim, a qualidade dos serviços.

¹ A tabela encontra-se disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>.

8.3. Caberá a Fundação Municipal de Saúde de Niterói determinar metas físicas, qualitativas e assistenciais a serem cumpridas; o volume de prestação de serviços, os protocolos de humanização do atendimento e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e outros fatores que tornem o serviço um efetivo instrumento de garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS;

8.4.

9. Procedimentos de controle, avaliação, vistoria e fiscalização do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.1. A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo departamento competente.

9.2. A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor (es) designado(s) pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.

9.4. A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos.

9.5. Para execução da fiscalização, a CONTRATADA se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.

9.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à CONTRATADA.

9.7. Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas.

9.8. A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe forem solicitados.

9.9. O(s) servidor(es) designado(s) para a fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para as providências cabíveis.

10. Valor, recursos orçamentários e dotação

10.1. O pagamento pela prestação dos serviços observará os valores unitários fixados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), em vigor na data de realização dos procedimentos.

10.2. Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os reajustes ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.3. As despesas decorrentes do presente Credenciamento têm valor estimado anual de R\$ 1.621.875,41(Hum milhão, seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos) custeados com recursos repassados mensalmente pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Niterói.

10.4. Os valores oriundos da PPI podem sofrer variações conforme a programação ou reprogramação pactuada entre gestores.

10.5. Os valores financiados pelo FAEC – valores extrateto – podem sofrer variações conforme produção apresentada pelo executor.

10.6. Os valores poderão ser alterados ainda, quando houver recebimento de recursos denominados incentivos financeiros de acordo com a adesão à política específica quando concedida pelo Ministério da Saúde.

10.7. As despesas com o presente Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício financeiro:

Programa de Trabalho: 2543.10.302.0051.2657

Fonte de Recurso: 207

Natureza da Despesa : 33.90.39.00

10.8. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício financeiro.

11. Vigência e Início da prestação dos serviços

11.1. A vigência do Edital do Chamamento Público será de 06 (seis) meses, assim a qualquer tempo, a futuros interessados mediante a documentação exigida no Edital poderão aderir a este credenciamento.

11.2. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o limite de 60(sessenta) meses em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

11.3. A prorrogação do contrato será precedida da atualização da "Tabela de Procedimentos Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS)".

11.4. A prestação dos serviços objeto do presente deverá ter início no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato.

12. Requisitos Técnicos

12.1. Das instalações

a) Possuir espaço físico apropriado ao atendimento ambulatorial, com acesso e adaptações para pessoas com deficiências arcando com todos os custos inerentes à instalação e manutenção das instalações locais.

b) As instalações físicas dos estabelecimentos de saúde devem estar em conformidade com as normas ABNT para acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos ABNT NBR 9050 de 31 de Maio de 2014 (ou outra que vier a substituí-la) e da Resolução RDC/ANVISA nº 50, de 21 de Fevereiro de 2002 (ou outra que vier a substituí-la).

c) As áreas de circulação devem garantir movimentação segura de profissionais, pacientes e acompanhantes evitando estrangulamentos.

d) Os ambientes devem ser climatizados com acessibilidade garantida de acordo com a legislação específica vigente, proporcionando conforto, boa circulação e privacidade nos atendimentos.

12.2. Dos materiais e equipamentos

Dispor de materiais e equipamentos para a realização de consulta, avaliação, terapia individual e em grupo, oficina terapêutica para pessoas com deficiência.

Modalidade Física

- Andador (infantil e adulto);
- Barras paralelas;
- Bengalas;
- Cadeiras de rodas (infantil e adulto);
- Eretor plataforma;
- Escada linear para marcha;
- Esfigmomanômetro (infantil e adulto);
- Estetoscópio (infantil e adulto);
- Freezer;

- Goniômetro;
- Macas;
- Martelo de reflexo;
- Mesas auxiliares;
- Muletas;
- Nebulizador portátil;
- Negatoscópio;
- Oxímetro;
- Tablado para fisioterapia;
- Tábua para propriocepção;
- Armário;
- Cadeiras;
- Mesa para atividades;
- Escada com 02 degraus;
- Rampa para alongamento;
- Balança antropométrica;
- Bicicleta ergométrica vertical;
- Jogo de halteres;
- Bolas suíças tamanhos 65, 85;
- Caneleiras com peso de 0,5, 1,2, 2,5, 3, 3,5;
- Rolo de posicionamento;
- Disco proprioceptivo;
- Bolsas de gel;
- Exercitadores elásticos com resistências variadas;
- Caixa de Espelho;
- Bloco de AVDs;
- Pranchas de AVDs;
- Bandagem;

MATERIAL/EQUIPAMENTO OPCIONAL

- FES;
- Laser para fisioterapia;
- Mocho;
- Simetógrafo;
- TENS estimulador transcutâneo;
- Ultrassom para fisioterapia;
- Aparelho de fisioterapia por ondas curtas;
- Aparelho de luz infravermelho;

Modalidade Intelectual

- Estetoscópio;
- Otoscópio
- Esfigmomanômetro (adulto e infantil);
- Lanterna Clínica;
- Balança (adulto e infantil);
- Martelo de reflexo;
- Maca;
- Mesa para atividades (adulto e infantil);
- Cadeiras (adulto e infantil);
- Andador (adulto e infantil);
- Tábua de propriocepção;
- Cadeira de rodas (adulto e infantil);
- Computador;
- Armário;
- Arquivo;
- Escada de canto com rampa e corrimão;
- Aparelho de som;
- Barras paralelas;
- Materiais e jogos pedagógicos;
- Brinquedos pedagógicos;
- Espátulas;
- Luvas;
- Fita métrica;
- Testes de avaliação psicológica, cognitivas e de linguagem;
- Colchonetes de espuma ou EVA;
- Espelho com rodízio;
- Espelho Fixo;
- Livros (adultos e infantis), revistas e jornais;
- Rolo de posicionamento;
- Bola Suíça (tamanho 65 e 85 cm);
- Bola suíça tipo feijão (tamanho 40 cm);
- Cama elástica;
- Tatame;
- Almofadas;

MATERIAL/EQUIPAMENTO OPCIONAL

Modalidade Auditiva:

- Emissões otoacústicas(evocadas transientes e por produto de distorção);
- Audiômetro de dois canais;
- Imitanciômetro multifrequencial;
- Cabine audiométrica;
- Sistema de campo livre;
- Esfigmomanômetro (adulto e infantil);
- Estetoscópio (adulto e infantil);
- Foco frontal;
- Otoscópio;
- Autoclave;
- Cadeira otorrinolaringológica;
- Maca;
- Escada com dois degraus;
- BERA – Sistema de potencial evocado;
- Ganho de inserção (equipamento de verificação eletroacústica);
- Aspirador de secreção;
- Aspirador;
- Caneta otoscópio;
- Espelho Nasal (adulto e infantil);
- Espelho Auricular (adulto e infantil);
- Pinças (dente de rato, sem dente e em baionete);
- Curetas para remoção de cerume;
- Seringa metálica de 100ml para remoção de cerume;
- Estilete porta algodão;
- Espelho com rodízios;
- Conjunto básico de instrumentos aferidos pelo INMETRO;
- Jogos de encaixe;
- Brinquedos para ludoterapia e terapia fonoaudiológica;
- Diapasão;

12.3. Dos recursos humanos

A composição da equipe mínima bem como a documentação mínima exigida deverá ser:

Modalidade Física

Categoria	Carga Horária Semanal Mínima Por profissional	Número mínimo de profissionais
Responsável Técnico	—	01
Fisioterapeuta	30h	01
Fonoaudiólogo	20h	01
Terapeuta Ocupacional	20h	01

- a) Fisioterapeuta – Registro profissional;
- b) Fonoaudiólogo – Registro profissional;
- c) Terapeuta Ocupacional – Registro profissional;

Poderá compor a equipe em caráter opcional:

- a) Médico Ortopedista e Traumatologista ou neurologista ou Fisiatra – Registro Profissional e título de especialista ou residência reconhecida pelo MEC;
- b) Enfermeiro – Registro Profissional;
- c) Assistente Social – Registro Profissional;
- d) Técnico de enfermagem – Registro Profissional;
- e) Musicoterapeuta – Registro Profissional;
- f) Psicólogo – Registro Profissional;
- g) Pedagogo – Registro Profissional;

Modalidade Intelectual

Categoria	Carga Horária Semanal Mínima Por profissional	Número mínimo de profissionais
Responsável Técnico	—	01
Médico Neurologista ou Psiquiatra	08h	01
Fonoaudiólogo	20h	01
Psicólogo	20h	01
Terapeuta Ocupacional	20h	01

- a) Médico Neurologista ou psiquiatra - Registro profissional e título de especialista ou residência reconhecida pelo MEC;
- b) Fonoaudiólogo – Registro profissional;
- c) Psicólogo – Registro profissional;
- d) Terapeuta Ocupacional – Registro profissional;

Poderá compor a equipe em caráter opcional:

- a) Pedagogo – Registro profissional;
- b) Assistente Social – Registro profissional;
- c) Musicoterapeuta – Registro profissional;
- d) Enfermeiro – Registro profissional;
- e) Técnico de Enfermagem – Registro profissional;
- f) Nutricionista – Registro profissional;
- g) Fisioterapeuta – Registro profissional;

Modalidade Auditiva

Categoria	Carga Horária Semanal Mínima Por profissional	Número mínimo de profissionais
Responsável Técnico	—	01
Médico Otorrinolaringologista	08h	01
Fonoaudiólogo	40h	01
Psicólogo	20h	01
Terapeuta Ocupacional	10h	01
Fisioterapeuta	10h	01

- a) Médico Otorrinolaringologista – Registro profissional e título de especialista ou residência médica reconhecida pelo MEC;
- b) Fonoaudiólogo – Registro profissional;
- c) Psicólogo- Registro profissional;
- d) Terapeuta Ocupacional – Registro profissional;
- e) Fisioterapeuta – Registro Profissional;

Poderá compor a equipe em caráter opcional:

- a) Assistente Social – Registro profissional;
- b) Musicoterapeuta – Registro profissional;
- c) Pedagogo – Registro profissional;
- d) Enfermeiro – Registro Profissional;
- e) Técnico de Enfermagem – Registro Profissional;

Observação: O responsável técnico de todas as modalidades (física, intelectual e auditiva) deverá ser profissional de nível superior, com experiência comprovada em reabilitação que responderá tecnicamente junto a Fundação Municipal de Saúde;

12.4. Das orientações para segurança dos pacientes

- a) Os equipamentos que utilizam radiações eletromagnéticas por ondas curtas devem ser instalados em local distante de áreas de circulação de pessoas e de equipamentos elétricos, em condições que garantam o seu uso de forma segura para terapeutas e pacientes.
- b) No local de instalação dos equipamentos que utilizam radiações eletromagnéticas por ondas curtas deve haver sinalização visível, próxima ao equipamento com as inscrições “o uso deste equipamento é contraindicado para pessoas que possuem marcapasso, implantes ou fixadores de metal, DIU, alterações sensoriais e/ou circulatórias, infecções e/ou feridas abertas e gestantes.
- c) No caso de terapias com laser, é obrigatório o uso de óculos de segurança para fototerapia pelo fisioterapeuta e pelo paciente durante todo o período de utilização dos equipamentos.
- d) Os pacientes submetidos à termoterapia devem ser informados sobre as contraindicações, cuidados necessários, sensações térmicas esperadas e necessidade de comunicar ao profissional qualquer efeito diferente do esperado.

13. Condições para a prestação dos serviços

- 13.1. O acesso ao SUS se faz preferencialmente pela regulação, a partir da Atenção Básica ressalvada as situações de urgência e emergência;
- 13.2. Encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra referência, do Sistema Único de Saúde – SUS, e sem prejuízo da observância das ações do Complexo Regulador do Município.
- 13.3. As ações e os serviços de saúde ofertados pelo prestador SUS aos usuários são gratuitos, vedada a cobrança a qualquer título;
- 13.4. A proponente não poderá fazer qualquer tipo de discriminação no atendimento prestado aos pacientes;
- 13.5. Os serviços, objeto do presente credenciamento, serão prestados no estabelecimento da Contratada, no Município de Niterói/RJ, conforme especificações constantes do Edital e dos anexos.
- 13.6. Caberá a Fundação Municipal de Saúde de Niterói fiscalizar o cumprimento das normas inerentes à humanização do atendimento;
- 13.7. As despesas com qualquer material de consumo necessário a execução dos serviços será de responsabilidade da credenciada.
- 13.8. Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços deverão ser disponibilizados pela credenciada, sem ônus para a contratante.
- 13.9. As despesas decorrentes de contrato dos profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais, impostos, taxas e outros serão por conta da contratada.

- 13.10.** A credenciada colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada necessária para o atendimento do volume assistencial definido na Programação Físico-Orçamentária – FPO.
- 13.11.** A credenciada deverá prestar os serviços dentro dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Sociedades Técnicas especializadas com reconhecimento de âmbito nacional e gestores SUS, observando-se recomendações de boa técnica, normas e legislação, colocando à disposição dos beneficiários do credenciamento somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos.
- 13.12.** Estabelecimento de metas quantitativas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde.
- 14. Sistemas de Gestão e Informação**
- 14.1.** A empresa credenciada para prestação do serviço deverá atender às necessidades deste no que concerne à alimentação dos dados necessários ao gerenciamento das informações em saúde utilizados pela Fundação Municipal de Saúde. Para tal mister deverão observar os seguintes procedimentos:
- 14.1.1.** Preencher e entregar no DECAU, mensalmente, a proposta de ficha atualizada de Programação Físico-Orçamentária (FPO).
- 14.1.2.** Registrar, mensalmente, os dados de produção no Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, atualizando com a mesma periodicidade o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES), o instrumento relativo ao registro de procedimentos executados ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS.
- 14.1.3.** Utilizar os atuais sistemas de informação que subsidiem a regulação do acesso, ou outro sistema de informação que venha a ser implementado.
- 15. Obrigações da Contratante**
- 15.1.** Realizar os pagamentos devidos à contratada, nas condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no contrato.
- 15.2.** Atestar as notas fiscais;
- 15.3.** Processar o faturamento no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);
- 15.4.** Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- 15.5.** Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;
- 15.6.** Analisar os relatórios e atividades elaborados pela contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;
- 15.7.** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;
- 15.8.** Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelos prestadores contratados, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, além daqueles já previstos no âmbito do SNA, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;
- 15.9.** Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.
- 16. Obrigações da Contratada**
- A credenciada, além de obedecer às disposições legais descritas no Edital e seus anexos, deverá obedecer também às seguintes disposições:
- 16.1.** Realizar os serviços de acordo com todas as exigências pactuadas;
- 16.2.** Informar imediatamente à CONTRATANTE eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a CONTRATANTE poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;
- 16.3.** Informar imediatamente à CONTRATANTE as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;
- 16.4.** Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;
- 16.5.** Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;
- 16.6.** Promover a qualificação de suas equipes profissionais;
- 16.7.** Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 16.8.** Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ;
- 16.9.** Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;
- 16.10.** Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;
- 16.11.** Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- 16.12.** Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;
- 16.13.** Registrar no prontuário todas as informações referentes à assistência prestada ao paciente e à sua evolução clínica, bem como todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente;
- 16.14.** Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;
- 16.15.** Apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Edital e seus anexos;
- 16.16.** Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *“Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título.”*, com os seguintes dados:
- a. Nome da Contratada;
- b. Nome do paciente;
- c. Localidade;
- d. Nome e valor do procedimento realizado.
- 16.17.** Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;
- 16.18.** Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;
- 16.19.** Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostas pelo Ministério da Saúde e/ou pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói;
- 16.20.** Enviar ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ laudo técnico de inspeção da Vigilância Sanitária, sempre que houver nova fiscalização;
- 16.21.** Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de

Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, estabelecido pela Portaria GM/MS nº 28, de 08 de Janeiro de 2015(ou outra que vier a substituí-la);

16.22. Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

16.23. Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

16.24. Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

16.25. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

16.26. Cumprir as diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

16.27. Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

16.28. Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;

16.29. Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.

16.30. Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;

16.31. Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;

16.32. Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, de enfermagem, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;

16.33. Assumir a obrigação de entregar ao Serviço de Regulação a cópia dos laudos para processamento dos instrumentos relativos ao registro do procedimento executado para cobrança junto ao SUS, por meio físico ou por meio eletrônico;

16.34. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20(vinte) anos, nos termos da Resolução nº 1.821/07 do Conselho Federal de Medicina, ressalvados os prazos previstos em lei. É indispensável ao serviço possuir prontuário único para cada paciente, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente;

16.35. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;

16.36. Reagendar e garantir o atendimento quando não houver a possibilidade de atendimento dos pacientes agendados;

17. Responsabilidade

17.1. Responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

17.2. A contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciárias, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos da contratada.

17.3. A contratada será obrigada a reapresentar toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista exigida na habilitação, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

18. Recebimento

18.1. A contratada emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecida em papel após a apuração pelo sistema SIA/SUS dos valores dos serviços prestados, onde o(s) servidor(es) designado(s) para fiscalização do Contrato possa(m) realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite.

18.2. A nota fiscal deverá ser entregue no Departamento de Controle Avaliação e Auditoria - DECAU sito à Rua Visconde de Sepetiba, 987 9º andar Centro Niterói/RJ.

18.3. O(s) servidor (es) designado(s) fará (ao) o recebimento provisório, em conformidade com o inciso I do art. 73 da Lei 8.666/93, verificando a especificação e a qualidade do serviço, de conformidade com o exigido neste Termo de Referência e no Edital.

18.4. Em caso de conformidade, fará (ao) o recebimento definitivo no prazo máximo de 02(dois) dias úteis após o recebimento provisório, atestando a efetiva execução dos serviços no verso da nota fiscal e a encaminhará ao Departamento Financeiro (DEFIN), para fins de pagamento.

18.5. Caso os dados da nota estejam incorretos, a contratante formalizará à contratada, e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então novo prazo para pagamento;

18.6. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das notas fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados;

18.7. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da nota fiscal devidamente corrigida.

18.8. Em caso de não conformidade, o fiscal do contrato notificará ao DECAU para as providências cabíveis, sem prejuízo da aplicação à contratada das penalidades cabíveis;

18.9. À contratada caberá sanar às irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a cobrança impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19. Apresentação das contas e Pagamento

19.1. A produção ambulatorial da contratada deverá ser encaminhada eletronicamente, via e-mail (ambulatorialdecau@gmail.com), à FMS, até o dia 10 de cada mês posterior ao da prestação dos serviços, para processamento do faturamento. Caso o décimo dia do mês recaia em dia em que não houver expediente na FMS, prorroga-se o prazo para o primeiro dia útil subsequente.

19.2. A contratada deverá entregar a nota fiscal emitida em 01(uma) via e os comprovantes de pagamento dos encargos incidentes sobre a prestação dos serviços (INSS, FGTS e ISS), até 5 (cinco) dias após a divulgação do valor apurado do faturamento, na página eletrônica do DECAU (<http://fmsdecau.brinkster.net>), a fim de que seja aberto processo administrativo para pagamento.

19.3. O atraso no envio dos documentos acima mencionados poderá acarretar atraso no pagamento não imputável à FMS, não incidindo, portanto, sobre o valor do débito principal qualquer acréscimo ou multa.

19.4. A contratante, após a conferência dos documentos apresentados, efetuará o pagamento do valor apurado, depositando-o obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária da contratada, cujo número e agência deverão ser informados à Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, até a assinatura do Contrato.

19.5. Ocorrendo erro ou falta de processamento das contas por culpa da contratante, esta garantirá à contratada o pagamento, no prazo avençado do contrato, do valor correspondente ao mês imediatamente anterior, acertando eventuais diferenças no pagamento seguinte, ficando, contudo, exonerada do pagamento de multa ou de quaisquer outras sanções e encargos financeiros.

- 19.6.
- As contas rejeitadas ou glosadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, a qualquer tempo.
- 19.7.
- Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.
- 19.8.
- Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.
- 19.9.
- Após o encerramento do contrato, os serviços realizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em prazo máximo de 3(três) competências.
20.
- Obrigação de Pagar
- 20.1.
- O pagamento pelos serviços prestados será efetuado após o repasse dos recursos transferido pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde. O financiamento SUS para os serviços multiprofissionais provém da fração de financiamento de Média e Alta Complexidade – MAC.

Anexo 2

QUANTIDADE ESTIMADA DE PROCEDIMENTOS - META FÍSICA				
Modalidade Física				
Grupo 01 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstico Subgrupo 01 - Métodos Diagnósticos em especialidades Forma de Organização 01 Educação em Saúde				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
01.01.01.002-8 ATIVIDADE EDUCATIVA / ORIENTAÇÃO EM GRUPO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	6	72	R\$ 16,20	R\$ 194,40
Subtotal 1	6	72	R\$ 16,20	R\$ 194,40
Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstico Subgrupo 11 - Métodos Diagnósticos em especialidades Forma de Organização 03- Diagnóstico Cinético Funcional				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
02.11.03.xxx-xx DIAGNÓSTICO CINÉTICO FUNCIONAL	1	12	R\$ 1,26	R\$ 15,12
Subtotal 2	1	12	R\$ 1,26	R\$ 15,12
Grupo 03- Procedimentos Clínicos Subgrupo 01 - Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
03.01.01.004-8 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA(EXCETO MÉDICO)	355	4260	R\$ 2.236,50	R\$ 26.838,00
03.01.01.007-2 CONSULTA CLÍNICA DO PROFISSIONAL MÉDICO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	52	624	R\$ 520,00	R\$ 6.240,00
03.01.04.003-6 TERAPIA EM GRUPO	11	132	R\$ 67,65	R\$ 811,80
03.01.04.004-4 TERAPIA INDIVIDUAL	142	1704	R\$ 399,02	R\$ 4.788,24
03.01.07.xxx-xx ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM REABILITAÇÃO FÍSICA, MENTAL, VISUAL E MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS	1910	22920	R\$ 23.045,68	R\$ 276.548,20
Subtotal 3	2470	29640	R\$ 26.268,85	R\$ 315.226,24
Grupo 03- Procedimentos Clínicos Subgrupo 02 - Fisioterapia				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
03.02.xx.xxx-xx Fisioterapia	4534	54408	R\$ 16.179,60	R\$ 194.155,20
Subtotal 4	4534	54408	R\$ 16.179,60	R\$ 194.155,20

Modalidade Intelectual				
Grupo 01- Procedimentos com Finalidade Diagnóstico Subgrupo 01 - Métodos Diagnósticos em especialidades Forma de Organização 01 Educação em Saúde				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
01.01.01.002-8 ATIVIDADE EDUCATIVA / ORIENTAÇÃO EM GRUPO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	6	72	R\$ 16,20	R\$ 194,40
Subtotal 5	6	72	R\$ 16,20	R\$ 194,40
Grupo 02- Procedimentos Com Finalidade Diagnóstica Subgrupo 11 - Métodos Diagnósticos em Especialidades Forma de Organização 10 Diagnóstico em psicologia/psiquiatria				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
02.11.10.001-3 APLICAÇÃO DE TESTE PIPSICODIAGNÓSTICO	4	48	R\$ 10,96	R\$ 131,52
Subtotal 6	4	48	R\$ 10,96	R\$ 131,52
Grupo 03- Procedimentos Clínicos Subgrupo 01 - Métodos Diagnósticos em Especialidades				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
03.01.01.004-8 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA(EXCETO MÉDICO)	938	11256	R\$ 5.909,40	R\$ 70.912,80
03.01.01.007-2 CONSULTA CLÍNICA DO PROFISSIONAL MÉDICO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	68	816	R\$ 680,00	R\$ 8.160,00
03.01.04.003-6 TERAPIA EM GRUPO	11	132	R\$ 67,65	R\$ 811,80
03.01.04.004-4 TERAPIA INDIVIDUAL	2	24	R\$ 5,62	R\$ 67,44
03.01.07.xxx-xx ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM REABILITAÇÃO FÍSICA, MENTAL, VISUAL E MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS	2485	29820	R\$ 29.969,17	R\$ 359.630,00
Subtotal 7	3504	42048	R\$ 36.631,84	R\$ 439.582,04
Grupo 03- Procedimentos Clínicos Subgrupo 02 - Fisioterapia				
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
03.02.06.004-9 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE C/COMPROMETIMENTO COGNITIVO	45	540	R\$ 285,75	R\$ 3.429,00
Subtotal 8	45	540	R\$ 285,75	R\$ 3.429,00

Modalidade Auditiva				
Grupo 01. Procedimentos com Finalidade Diagnóstico				
Subgrupo 01 - Métodos Diagnósticos em especialidades		Forma de Organização 01 Educação em Saúde		
Procedimentos	Quantidade estimada procedimento/mês	Quantidade estimada procedimento/ano	Valor estimado mês	Valor estimado ano
01.01.01.002-8 ATIVIDADE EDUCATIVA / ORIENTAÇÃO EM GRUPO NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA	6	72	R\$ 16,20	R\$ 194,40
Subtotal 9	6	72	R\$ 16,20	R\$ 194,40
Grupo 02. Procedimentos Com Finalidade Diagnóstica				
Subgrupo 09 - Diagnóstico por Endoscopia				
Procedimentos	Quantidade mensal estimada	Quantidade anual estimada	Valor estimado mês	Valor estimado ano
02.09.04.002-5 LARINGOSCOPIA	16	192	R\$ 754,24	R\$ 9.050,88
02.09.04.004-1 VIDEO LARINGOSCOPIA	21	252	R\$ 955,50	R\$ 11.466,00
Subtotal 10	37	444	R\$ 1.709,74	R\$ 20.516,88
Grupo 02. Procedimentos Com Finalidade Diagnóstica				
Subgrupo 11 - Métodos Diagnósticos em Especialidades		Forma de Organização 07 Diagnóstico em otorrinolaringologia/fonoaudiologia		
Procedimentos	Quantidade mensal estimada	Quantidade anual estimada	Valor estimado mês	Valor estimado ano
02.11.07.xxx-xx DIAGNÓSTICO EM OTORRINOLARINGOLOGIA/FONOAUDIOLOGIA	1344	16128	R\$ 30.084,56	R\$ 361.014,72
Subtotal 11	1344	16128	R\$ 30.084,56	R\$ 361.014,72
Grupo 03- Procedimentos Clínicos				
Subgrupo 01 - Métodos Diagnósticos em Especialidades				
Procedimentos	Quantidade mensal estimada	Quantidade anual estimada	Valor estimado mês	Valor estimado ano
03.01.01.004-8 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)	312	3744	R\$ 1.965,60	R\$ 23.587,20
03.01.01.007-2 CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO E ESPECIALIZADA	41	492	R\$ 410,00	R\$ 4.920,00
03.01.04.003-6 TERAPIA EM GRUPO	11	132	R\$ 67,65	R\$ 811,80
03.01.04.004-4 TERAPIA INDIVIDUAL	142	1704	R\$ 399,02	R\$ 4.788,24
03.01.07.xxx-xx ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM REABILITAÇÃO FÍSICA, MENTAL, VISUAL E MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS	1682	20184	R\$ 20.281,10	R\$ 243.373,20
Subtotal 12	2188	26256	R\$ 23.123,37	R\$ 277.480,44
Grupo 03- Procedimentos Clínicos				
Subgrupo 02 - Fisioterapia				
Procedimentos	Quantidade mensal estimada	Quantidade anual estimada	Valor estimado mês	Valor estimado ano
03.02.01.xxx-xx ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICAS EM ALTERAÇÕES OBSTÉTRICAS, NEONATAIS E UROGINECOLÓGICAS	6	72	R\$ 19,04	R\$ 228,42
03.02.05.xxx-xx ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICAS NAS DISFUNÇÕES MUSCULO ESQUELÉTICAS(TODAS AS ORIGENS)	182	2184	R\$ 739,59	R\$ 8.875,13
03.02.06.xxx-xx ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICAS NAS ALTERAÇÕES EM NE	9	108	R\$ 53,13	R\$ 637,50
Subtotal 13	197	2364	R\$ 811,75	R\$ 9.741,05
Total Estimado Geral				R\$ 1.621.875,41

ANEXO 3				
Procedimentos Obrigatórios - Os interessados deverão apresentar proposta para todos os procedimentos desta planilha por modalidade				
MODALIDADE FÍSICA	MODALIDADE INTELECTUAL		MODALIDADE AÚTIVA	
03 01 07 006-7 ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM REABILITAÇÃO NAS MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS	02 11 10 001-3	APLICAÇÃO DE TESTE PÍPSICO DIAGNÓSTICO	02 11 07 005-0	AValiação AUDITIVA COMPORTAMENTAL
03 02 01 001-7 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ E PÓS CIRURGIAS UROGINECOLÓGICAS	03 01 07 006-7	ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO EM REABILITAÇÃO NAS MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS	02 11 07 014-9	EMISSIONES OTOACUSTICAS EVOCADAS PITRAGEM AUDITIVA
03 02 01 002-5 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICOS EM PACIENTES COM DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS			03 01 07 006-7	ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENT O EM REABILITAÇÃO NAS MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS
03 02 02 002-0 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICOS EM PACIENTE ONCOLÓGICO CLÍNICO				
03 02 02 003-9 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NO PRÉ E PÓS CIRURGIA ONCOLÓGICO				
03 02 04 002-1 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSITORIO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
03 02 04 003-0 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE COM TRANSITORIO CLÍNICO CARDIOVASCULAR				
03 02 04 005-6 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DISFUNÇÕES VASCULARES PERIFÉRICAS				
03 02 05 001-9 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MUSCULO ESQUELÉTICAS				
03 02 05 002-7 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS				
03 02 05 003-5 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES NO PRÉ E PÓS OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MUSCULO-ESQUELÉTICAS C/COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS				
03 02 06 003-0 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR				
03 02 06 004-9 ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE C/COMPROMETIMENTO COGNITIVO				

ANEXO 4
MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO
À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ
COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº 01/2017
A Proponente, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e no CNES sob o nº _____, endereço eletrônico _____ e telefone (____) _____requer, através do presente documento, seu CREDENCIAMENTO para a prestação de serviços técnico-profissionais, de forma complementar ao SUS na área de

atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, conforme Edital nº01/2017, publicado em _____, declarando, sob as penas da lei, que:

- a) conhece os termos do Edital de Credenciamento, bem como todas as condições necessárias para a participação no processo de credenciamento, com os quais concorda;
- b) as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras;
- c) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no Edital e que não está impedida de participar do credenciamento e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades nem de fatos impeditivos de sua habilitação;
- d) que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha a alterar a sua atual situação quanto à regularidade jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;
- e) está de acordo com valores definidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Portaria GM/MS nº 321/2007.

Anexo ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento

Pede deferimento.

Local, ____ de _____ de 20__

ANEXO 5

MODELO DE CARTA CREDENCIAL

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº 01/2017

Através da presente, fica credenciado(a) o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____,

que exerce a função de _____, para representar a Proponente no credenciamento em epígrafe, podendo assinar atas, declarações e propostas, receber comunicações, tomar ciência de decisões, apresentar impugnações e recursos, desistir de recursos, deliberar sobre todos os assuntos, e, por fim, praticar todo e qualquer ato necessário à participação da Proponente no processo de Credenciamento.

Local, ____ de _____ de 20__

Nome e Assinatura do representante legal
Carimbo com CNPJ da Proponente

ANEXO 6

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº 01/2017

A Proponente, com endereço na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e no CNES sob o nº _____, em cumprimento ao Edital nº 01/2017 e visando ao credenciamento junto à Fundação Municipal de Saúde de Niterói para prestação de serviços técnico-profissionais, de forma complementar ao SUS, na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, declara por meio de seu representante legal, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera federativa e que não está cumprindo penalidade de suspensão de participar de licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal.

Local, ____ de _____ de 20__

Nome e Assinatura do representante legal
Carimbo com CNPJ da proponente

ANEXO 7

MODELO DE DECLARAÇÃO DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E MÁXIMOS DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OFERTADOS

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº 01/2017

A Proponente, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ (endereço completo), declara que tem disponibilidade para prestar serviços técnico-profissionais, de forma complementar, na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, com capacidade para ofertar **anualmente** as quantidades de procedimentos abaixo listadas:

Procedimento	Quantidade mínima	Quantidade máxima

Local, ____ de _____ de 20__

Nome e Assinatura do representante legal
Carimbo com CNPJ da proponente

ANEXO 8

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ

COMISSÃO EXAMINADORA

Ref.: Credenciamento nº 01/2017

A Proponente _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada _____ (endereço), por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao estabelecido no Edital nº 01/2017, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999;
- Seus sócios, administradores e dirigentes não ocupam cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do art. 26, § 4º da Lei nº 8.080/90;
- Não há em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente da FMS, nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

Local, ____ de _____ de 20__

Nome e Assinatura do representante legal
Carimbo com CNPJ da proponente

ANEXO 9

MODELO DE RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA

À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

Ref. Credenciamento nº 01/2017

1 – Identificação

Razão Social:

Nome Fantasia:

Endereço:

Bairro:

CNPJ:

Telefone:

Município:

CNES:

Fax:

CEP:

Email:
Diretor/Responsável Técnico:
Alvará de Funcionamento:
2 – Natureza do Serviço
Público () Filantrópico () Privado ()
3 – Abrangência do serviço
() Local () Distrital () Municipal
() Intermunicipal () Estadual/Federal
4 – Tipos de atendimento
() SUS () Particular () Convênios
5 - Tipos de assistência
() Ambulatorial () Internação () Urgência/Emergência () Urgência/emergência referida
() Hospital dia
6 – Referência
Com quem o serviço se referencia para intercorrências: _____
7 – Tipo de Complexidade
() Alta () Média () Assistência Básica
8 – Tipologia dos pacientes
() Visual () Auditiva () Mental () Física () Clínica () Outra: _____
9 – Turno para o atendimento ao SUS
() Manhã () Tarde () Noite () Turnos intermitentes () Contínuo, 24h/dia(plantão inclusive aos sábados, domingos e feriados)
10 – Instalações Físicas
Unidade se enquadra nos critérios e normas estabelecidas pela legislação vigente ou outros ditames legais que as venham substituir ou complementar, a saber:
() Sim () Não
ANVISA
() Sim () Não
Consultórios () ótima () boa () deficiente
Centro Cirúrgico () ótima () boa () deficiente
Recepção () ótima () boa () deficiente
11 - Condições de Higiene/Conservação
Lavanderia
A clínica dispõe de lavanderia: () Sim () Não
() própria () contratada
Higiene
A higiene, iluminação e aeração são adequadas: () Sim () Não
Há coleta seletiva de lixo: () Sim () Não
Segurança
A clínica possui serviço de segurança: () Sim () Não
O serviço de segurança é: () próprio () contratado
O serviço de segurança é armado: () Sim () Não
12 – Condições de Acessibilidade
() Fácil () Difícil () Com rampas () Escadas () Com adaptações
() Com adaptações somente para locomoção
13 – Registro das informações do paciente

A unidade possui um prontuário único para cada paciente que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente (ambulatorial, internação, pronto-atendimento, emergência) contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento. Sim () Não ()
Informações indispensáveis e mínimas:
a. Identificação do paciente () sim () não
b. Histórico clínico, exame oftalmológico () sim () não
c. Avaliação inicial – de acordo com o protocolo estabelecido () sim () não
d. Indicação do procedimento cirúrgico () sim () não
e. Descrição do ato cirúrgico ou procedimento, em ficha específica contendo:
f. Identificação da equipe () sim () não
g. Descrição cirúrgica, incluindo os materiais usados e seus respectivos registros nacionais, para controle e rastreamento dos implantes () sim () não
h. Descrição da evolução () sim () não
i. Sumário da alta hospitalar () sim () não
j. Ficha de registro de infecção hospitalar () sim () não
k. Evolução ambulatorial () sim () não
14 – Materiais e Equipamentos
A unidade dispõe de todo o material e equipamento solicitado no edital, conforme a modalidade de atendimento.
() sim () não
A unidade dispõe de centro cirúrgico equipado com no mínimo 01(uma) sala de cirurgia.
() sim () não () não se aplica
15 – Rotinas e normas de funcionamento e atendimento
A unidade possui rotinas e normas, escritas, atualizadas anualmente e assinadas pelo responsável técnico pela unidade. () sim () não
As rotinas e normas abordam todos os processos envolvidos na assistência e administração e contemplar os seguintes itens:
Manutenção preventiva e corretiva de matérias e equipamentos. () sim () não
Normatizações de indicações cirúrgicas. () sim () não
Protocolos de enfermagem. () sim () não
Protocolo para acompanhamento em fisioterapia e reabilitação funcional. () sim () não
Controle de infecção hospitalar. () sim () não
Acompanhamento ambulatorial dos pacientes. () sim () não
Avaliação de satisfação do cliente. () sim () não
Escala dos profissionais em sobreaviso, das referências interinstitucionais e dos serviços terceirizados. () sim () não
O agendamento é realizado por:
() contato telefônico:() _____/() _____/() _____
() e-mail: _____
() outros: _____
A unidade possui na mesma área física: serviços próprios, contratados, e de suporte e profissionais nas seguintes áreas:
Serviço social () sim () não () não se aplica
Terapia Ocupacional () sim () não () não se aplica
Fisioterapia () sim () não () não se aplica
Serviço de Nutrição () sim () não () não se aplica
Farmácia () sim () não () não se aplica
Anatomia Patológica () sim () não () não se aplica
Outros. Especifique : _____
16 – Projeto Terapêutico
() Inexistente () Sem continuidade () Atualizado () Com revisão Periódica
17 – Reunião de Equipe
() sim () não () não se aplica Se sim, periodicidade: _____
18 - Visitas Domiciliares
() sim () não () não se aplica

Em quais situações: _____
Quem realiza: _____

19 - Serviços Gerais
Lavanderia

A clínica dispõe de lavanderia: () Sim () Não
() própria () contratada
As condições de higiene, iluminação e ventilação são adequadas: () Sim () Não

Higiene

A higiene, iluminação e ventilação são adequadas: () Sim () Não
Há coleta seletiva de lixo: () Sim () Não

Segurança

A clínica possui serviço de segurança: () Sim () Não
O serviço de segurança é: () próprio () contratado
O serviço de segurança é armado: () Sim () Não
Local, ____ de _____ de 201x

Representante legal
Carimbo com CNPJ da proponente

Equipe Técnica

Equipe Técnica

ANEXO 10



ANEXO 10 - FICHA DE PROGRAMAÇÃO FÍSICO-ORÇAMENTÁRIA

Sistema
SUS

Ministério
da
Saúde

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAL - SIA/SUS
Ficha da Programação Física Orçamentária - FPO

Folha nº

1 - Dados Operacionais

UF

CNES

NOME DA UNIDADE

2 - Dados de Controle

MÊS/ANO REFERÊNCIA

OPERAÇÃO
Inclui Alter. Exclui

DATA DO PREENCHIMENTO
(OBRIGATORIO)

DIA

Mês

ANO

3 - Dados da Programação

QT	Código (Grupo, Subgrupo, Nível Organização, Proc.)	Meta Física			Nível de Aproximação			
		PAB FIXO	MAC	FAEC	GR	SC	NO	PROC
01								
02								
03								
04								
05								
06								
07								
08								
09								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								
18								
19								
20								

Formalização
GESTOR MUNICIPAL / ESTADUAL

CARIMBO

RUBRICA

DATA / /

ANEXO 11

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI E O(A)..... PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS-PROFISSIONAIS, DE FORMA COMPLEMENTAR AO SUS, NA ÁREA DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA SUPORTE À REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), pessoa jurídica de Direito Público Interno, integrante da administração pública indireta do Município de Niterói, inscrita no CNPJ sob o nº 32.556.060/0001-81, criada pela Lei Municipal nº 718/1988 e regulamentada pelo Decreto nº 5.994/1990, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 8/9º andares, Centro – Niterói, neste ato representada por sua Presidente MARIA CÉLIA VALLADARES VASCONCELLOS, Brasileira, Assistência Social, portadora da Cédula de Identidade nº 29.629.268-3 DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº 799.957.567-49, nomeada através da Portaria nº 35/2017, doravante denominada CONTRATANTE, e _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e no CNES sob nº _____, com sede _____, Cidade, Estado _____, representada por seu(sua) _____ (mencionar o cargo ou função do representante legal autorizado), _____ (nome, endereço, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e o CPF do representante legal), doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe o §1º do art. 199 da Constituição Federal de 1988, artigos 24 a 26 da Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/1993, no que couber, Portaria GM/MS nº 1.034/2010, além das demais disposições legais e infralegais aplicáveis, bem como pelo disposto no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2017 e seus anexos, RESOLVEM celebrar o presente contrato de prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente contrato tem por objeto a execução de serviços técnico-profissionais, de forma complementar ao SUS, na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência , discriminados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do

Sistema Único de Saúde (SUS), a serem prestados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, em conformidade com o Edital e o Termo de Referência.

1.2- Os serviços contratados serão distribuídos entre as Credenciadas de acordo com os critérios estabelecidos no Edital.

1.3- Os serviços serão prestados pela CONTRATADA aos pacientes encaminhados pela Central de Regulação Municipal ou outro sistema de regulação que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

2.2- Durante o período de vigência, os contratantes poderão fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites, mediante termo aditivo, de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades do CONTRATANTE, mediante as devidas justificativas, com fulcro no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

2.3- O prazo contratual poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

2.4- Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato, a CONTRATANTE vistoriará, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu término, as instalações da CONTRATADA para analisar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento.

2.5- O Termo de Vistoria acompanhará o Termo Aditivo.

2.6- A parte que não tiver interesse na prorrogação contratual, deverá comunicar a sua intenção, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1- Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONTRATADA, registrada no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e no Conselho de Classe competente, cujo nome do responsável técnico, igualmente registrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e no Conselho de Classe competente, deve ser encaminhado à FMS.

3.2- A eventual mudança de endereço da sede da CONTRATADA será imediatamente comunicada à CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo a CONTRATANTE rever as condições deste contrato e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

3.3- A mudança do Responsável técnico e/ou de seu substituto deverá ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – NORMAS GERAIS

4.1- Os serviços objeto deste contrato serão prestados diretamente pela CONTRATADA por meio de seus profissionais.

4.2- Para os efeitos deste contrato, consideram-se profissionais da CONTRATADA:

- a) Membro do corpo de profissionais da Contratada;
- b) Profissional que tenha vínculo de emprego com a Contratada;
- c) Profissional autônomo que preste serviço à Contratada em caráter regular;
- d) Profissional que, não estando incluído nas categorias acima, é admitido formalmente pela Contratada nas suas instalações para prestar determinado serviço.

4.3- Equipara-se ao profissional autônomo definido nos itens “c” e “d” a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área de saúde.

4.4- A CONTRATADA não poderá cobrar do paciente ou de seu acompanhante qualquer valor, nem mesmo a título de complementação daqueles pagos pelos serviços prestados, nos termos deste contrato.

4.5- A CONTRATADA responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato.

4.6- É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA o emprego de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes de vínculo de trabalho, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da FMS:

- 5.1- Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no contrato.
- 5.2- Atestar as notas fiscais;
- 5.3- Processar o faturamento no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);
- 5.4- Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;
- 5.5- Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;
- 5.6- Analisar os relatórios e atividades elaborados pela CONTRATADA, que demonstrem o atendimento ao objeto;
- 5.7- Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;
- 5.8- Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelos prestadores contratados, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, além daqueles já previstos no âmbito do SNA, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;
- 5.9- Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- 6.1- Realizar os serviços de acordo com todas as exigências pactuadas;
- 6.2- Informar imediatamente à CONTRATANTE eventual mudança, temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a CONTRATANTE poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;
- 6.3- Informar imediatamente à CONTRATANTE as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;
- 6.4- Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos;
- 6.5- Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;
- 6.6- Promover a qualificação de suas equipes profissionais;
- 6.7- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- 6.8- Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ;
- 6.9- Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;
- 6.10- Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;
- 6.11- Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou

obrigação legal;

6.12- Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;

6.13- Registrar no prontuário todas as informações referentes à assistência prestada ao paciente e à sua evolução clínica, bem como todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente;

6.14- Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;

6.15- Apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Edital e seus anexos;

6.16- Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *"Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título."*, com os seguintes dados:

e. Nome da Contratada;

f. Nome do paciente;

g. Localidade;

h. Nome e valor do procedimento realizado.

6.17- Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

6.18- Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

6.19- Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostos pelo Ministério da Saúde e a Fundação Municipal de Saúde de Niterói;

6.20- Enviar ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ o laudo técnico de inspeção da Vigilância Sanitária, sempre que houver nova fiscalização;

6.21- Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, estabelecido pela Portaria GM/MS nº 28, de 08 de Janeiro de 2015(ou outra que vier a substituí-la);

6.22- Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

6.23- Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

6.24- Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

6.25- Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

6.26- Cumprir as diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

6.27- Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

6.28- Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;

6.29- Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.

6.30- Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;

6.31- Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;

6.32- Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, de enfermagem, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;

6.33- Assumir a obrigação de entregar ao Serviço de Regulação a cópia dos laudos para processamento dos instrumentos relativos ao registro do procedimento executado para cobrança junto ao SUS, por meio físico ou por meio eletrônico.

6.34- Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, nos termos da Resolução nº 1.821/07 do Conselho Federal de Medicina, ressalvados os prazos previstos em lei. É indispensável ao serviço possuir prontuário único para cada paciente, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente;

6.35- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;

6.36- Reagendar e garantir o atendimento quando não houver a possibilidade de atendimento dos pacientes agendados;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO

7.1- Os serviços prestados pela CONTRATADA à população, em decorrência da execução do objeto deste Contrato, serão totalmente gratuitos, sendo-lhe vedado exigir qualquer tipo de contraprestação, ajuda, auxílio ou colaboração, a qualquer título.

7.2- A CONTRATADA deverá afixar aviso, em local visível, em todas as entradas de público externo ou salas de atendimento aos pacientes, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

8.1- A CONTRATADA será responsabilizada pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste contrato.

8.2- A CONTRATADA será responsabilizada pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, aos pacientes ou a terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da CONTRATADA não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do contrato pela CONTRATANTE.

8.3- A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, civis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à CONTRATADA.

8.4- A CONTRATADA é responsável pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste contrato, responsabilizando-se, ainda, por todos os encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor.

8.5- A fiscalização e o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS e pela FMS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS VALORES, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO

9.1- O pagamento pela prestação dos serviços observará os valores unitários fixados na

Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Portaria GM/MS nº 321/2007.

9.2- Dá-se a este contrato o valor estimado anual de R\$ xxx(xxxx), a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados.

9.3- Os valores oriundos da PPI (Programação Pactuada Integrada) podem sofrer variações conforme a programação ou reprogramação pactuada entre gestores.

9.4- Os valores financiados pelo FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensações) – valores extrateto – podem sofrer variações conforme produção apresentada pelo executor.

9.5- Os valores poderão ser alterados ainda, quando houver recebimento de recursos denominados incentivos financeiros de acordo com a adesão à política específica quando concedida pelo Ministério da Saúde.

9.6- As despesas com o presente Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício financeiro:

Programa de Trabalho nº 2543.10.302.0051.2657

Fonte de Recurso nº 207

Natureza das Despesas nº 33.90.39.00

9.7- As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1- O pagamento se fará de acordo com a produção efetivamente prestada e comprovada.

10.2- A comprovação da realização dos procedimentos se dará pela assinatura do paciente nas fichas de presença. A não assinatura do documento pelo paciente sempre antes do início do procedimento ou seu responsável/acompanhante poderá implicar o não pagamento do procedimento cobrado. Tais fichas deverão ficar à disposição dos Gestores Municipais, bem como da Auditoria do DENASUS.

10.3- A CONTRATADA apresentará mensalmente à CONTRATANTE as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, obedecendo aos procedimentos e aos prazos estabelecidos pela FMS e pelo Ministério da Saúde.

10.5- O prestador emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada da comprovação da quitação dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecidos em papel impresso.

10.6- Caso os dados da nota estejam incorretos, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

10.7- O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após o devido ateste das notas fiscais.

10.8- As faturas rejeitadas pelo SIA/SUS ou, eventualmente, pela FMS serão devolvidas à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento e, sendo o prazo máximo de até 3 (três) competências para a reapresentação.

10.9- Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PROCESSAMENTO DO FATURAMENTO

11.1- A produção ambulatorial da CONTRATADA deverá ser encaminhada eletronicamente, via e-mail (ambulatorialdecau@gmail.com), à FMS, até o dia 10 de cada mês posterior ao da prestação dos serviços, para processamento do faturamento. Caso o décimo dia do mês recaia em dia em que não houver expediente na FMS, prorroga-se o prazo para o primeiro dia útil subsequente.

11.2- A CONTRATADA deverá entregar a nota fiscal emitida em 01(uma) via e os comprovantes de pagamento dos encargos incidentes sobre a prestação dos serviços (INSS, FGTS e ISS), até 5 (cinco) dias após a divulgação do valor apurado do faturamento, na página eletrônica do DECAU (http://fmsdecau.brinkster.net), a fim de que seja aberto processo administrativo para pagamento.

11.3- O atraso no envio dos documentos acima mencionados poderá acarretar atraso no pagamento não imputável à FMS, não incidindo, portanto, sobre o valor do débito principal qualquer acréscimo ou multa.

11.4- A CONTRATANTE, após a conferência dos documentos apresentados, efetuará o pagamento do valor apurado, depositando-o obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, cujo número e agência deverão ser informados à FMS até a assinatura do Contrato.

11.5- Ocorrendo erro ou falta de processamento das contas por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avançado do contrato, do valor correspondente ao mês imediatamente anterior, acertando eventuais diferenças no pagamento seguinte, ficando, contudo, exonerada do pagamento de multa ou de quaisquer outras sanções e encargos financeiros.

11.6- As contas rejeitadas ou glosadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, a qualquer tempo.

11.7- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

11.8- Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.

11.9- Após o encerramento do contrato, os serviços realizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em prazo máximo de 3 (três) competências.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE DO VALOR

12.1- Os valores estipulados na Cláusula Nona serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo MS, garantindo sempre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.080/90 e do art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93.

12.2- Os reajustes independem de Termo Aditivo, podendo ser registrados por simples apostila, sendo, entretanto, necessário constar em processo administrativo os respectivos cálculos, bem como a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

13.1- O pagamento pelos serviços prestados será efetuado após o repasse dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde. O financiamento SUS para os serviços multiprofissionais provém da fração de financiamento de Média e Alta Complexidade – MAC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

14.1- A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo departamento competente.

14.2- A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor(es) designado(s) pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

14.3- A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.

14.4- A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos.

14.5- Para execução da fiscalização, a CONTRATADA se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.

14.6- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à CONTRATADA.

14.7- Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas.

14.8- A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará todos os esclarecimentos e entregará todos os documentos que lhe forem solicitados.

14.9- O(s) servidor(es) designado(s) para a fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1- A inexecução do objeto desse contrato, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c. suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

15.2 - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da CONTRATANTE.

15.3 - A sanção prevista na alínea “b” desta cláusula poderá ser aplicada cumulativamente com qualquer outra.

15.4 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

15.5- A multa administrativa prevista na alínea “b” desta cláusula não tem caráter compensatório. O seu pagamento não exime responsabilidade da CONTRATADA por eventuais perdas e danos apurados.

15.6 - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE e ainda da aplicação de outras sanções administrativas.

15.7 - Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativa, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal da CONTRATADA.

15.8 - O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9 - Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

16.1- O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na Cláusula Sexta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

16.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

16.3- A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial do Município de Niterói.

16.4- A rescisão contratual não prejudica a aplicação das multas previstas na Cláusula Décima Quinta.

16.5- Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à CONTRATADA e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da CONTRATADA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

16.6- Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 120 (cento e vinte) dias para ocorrer a rescisão. Se, nesse prazo, a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados, a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS RECURSOS

17.1- Dos atos de aplicação de penalidade previstas neste contrato, ou de sua rescisão, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

17.2- Da decisão da Presidente da Fundação Municipal de Saúde de rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

17.3- Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do item 17.2 desta cláusula, a Presidente da Fundação Municipal de Saúde deverá se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1- Qualquer alteração ao presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da Lei nº 8.666/93, excetuando-se o disposto no parágrafo único da Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1- Após a assinatura do contrato, deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Município.

19.2- O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO DE ELEIÇÃO

20.1- Fica eleito o Foro de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO 01/2017**

Processo Administrativo: 200/5847/2016

Objeto: o credenciamento de entidades privadas filantrópicas, sem fins lucrativos e/ou pessoas jurídicas privadas com fins econômicos, credenciadas nos serviços de Média Complexidade no município através da Fundação Municipal de Saúde de Niterói ou

habilitadas pelo Ministério da Saúde para os serviços que possuem legislações específicas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediadas e/ou estabelecidas no Município de Niterói, com vistas à prestação de serviços técnico-profissionais na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, de forma complementar ao SUS.
Local de recebimento dos requerimentos de habilitação: Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DECAU) da FMS, localizado na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 9º andar, Centro, Niterói/RJ
Período de recebimentos dos documentos: Do dia 13/02/2017 até o dia 12/08/2017
Horário para recebimento dos documentos: Das 10h às 12h e das 13h às 16h, horário de Brasília

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ, doravante denominada simplesmente FMS, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, 987 8º/9º andares, Centro, Niterói/RJ, TORNA PÚBLICO que, do dia 13/02/17 até o dia 12/08/17, das 10h às 12h e das 13h às 16h, horário de Brasília, receberá, no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DECAU) da FMS, localizado na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 9º andar, Centro, Niterói/RJ, REQUERIMENTOS DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM OU SEM FINS ECONÔMICOS OU FILANTRÓPICAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS NA ÁREA DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA SUPORTE À REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA, sediadas e/ou estabelecidas no Município de Niterói, credenciadas nos serviços de Média Complexidade no Município através da Fundação Municipal de Saúde de Niterói ou habilitadas pelo Ministério da Saúde para os serviços que possuem legislações específicas e cadastradas no SCNES, para atender, em caráter complementar ao SUS, conforme discriminado no anexo 1 – Termo de Referência.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Credenciamento será regido pelo disposto no §1º do art. 199 da Constituição Federal de 1988, art. 206, IV, da Lei Orgânica do Município de Niterói, artigos 24 a 26 da Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.666/93, no que couber, Portaria GM/MS nº 1.034/2010, além das demais disposições legais e infralegais aplicáveis, bem como pelo disposto no presente Edital e seus anexos.

1.2. O Processo de Credenciamento será executado pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria - DECAU, da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, e será organizado pela Comissão Examinadora.

1.3. O presente Edital será publicado, na íntegra, no Diário Oficial do Município de Niterói e ainda no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br, podendo, ainda, ser obtida uma via impressa, mediante a doação de uma resma de papel A4, na Fundação Municipal de Saúde de Niterói, no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria - DECAU, localizado na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 9º andar, Centro, Niterói/RJ.

1.4. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 05 (cinco) dias úteis antes do início do período de recebimento dos requerimentos de habilitação, no endereço constante no item 1.3, acima, das 10h às 12h e das 13h às 16h.

1.5. Caberá à Comissão Examinadora responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 48 (quarenta e oito horas), antes do início do prazo fixado para o recebimento dos requerimentos de habilitação, publicando os questionamentos e respostas no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br, para conhecimento de todos os eventuais interessados.

1.6. Os interessados poderão formular impugnações ao Edital, por escrito, até 5 (cinco) dias úteis antes da data do início do período de recebimento dos requerimentos de habilitação, no endereço constante no item 1.3, das 10h às 12h e das 13h às 16h.

1.7. Caberá à autoridade superior, após análise pela Comissão Examinadora, decidir sobre a impugnação, em até 48 (quarenta e oito horas), antes do início do prazo fixado para o recebimento dos requerimentos de habilitação, publicando no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br.

1.8. As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos as proponentes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município de Niterói e divulgadas no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para a entrega dos requerimentos de habilitação, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não afetar a formulação das propostas.

1.9. O credenciamento será realizado em duas etapas:

1.9.1. Apresentação da documentação da habilitação;

1.9.2. Realização de vistoria técnica.

1.10. Caberá à FMS, respectivamente, por meio da Comissão Examinadora e da Equipe Técnica a ser oportunamente constituída, avaliar a documentação e realizar as vistorias técnicas nas dependências dos postulantes ao credenciamento, a fim de decidir sobre os pedidos de credenciamento.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Edital de Chamamento Público tem por objeto o credenciamento de entidades privadas filantrópicas, sem fins lucrativos e/ou pessoas jurídicas privadas com fins econômicos, credenciadas nos serviços de Média Complexidade no município através da Fundação Municipal de Saúde de Niterói ou habilitadas pelo Ministério da Saúde para os serviços que possuem legislações específicas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), sediadas e/ou estabelecidas no Município de Niterói, com vistas à prestação de serviços técnico-profissionais na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência, de forma complementar ao SUS, dos procedimentos discriminados nos anexos 2 e 3 do Presente Edital, para atender às demandas dos pacientes oriundos do SUS.

3. DO LOCAL, DA DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1. A entrega dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação deverá ser feita no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DECAU) da FMS, localizado na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 9º andar, Centro, Niterói, do dia 13/02/17 até o dia 12/08/17, das 10h às 12h e das 13h às 16h.

3.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes fora do prazo estabelecido neste Edital.

3.3. O envelope contendo os Documentos de Habilitação deverá estar lacrado e deverão constar em sua parte externa os seguintes dizeres:

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI/RJ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA – DECAU
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017
ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO
(Denominação da proponente e CNPJ)

3.4. O envelope deverá conter as informações e os documentos exigidos no item 7 deste Edital.

3.5. Será admitida eventual complementação e/ou substituição de documentos e informações, desde que encaminhados dentro do prazo previsto no item 3.1. Em hipótese alguma, se admitirá a entrega de documentos após o referido prazo.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

4.1. As entidades privadas filantrópicas, sem fins lucrativos e/ou pessoas jurídicas privadas com fins econômicos, interessadas em prestar, em caráter complementar ao SUS,

deverão obedecer à seguinte legislação, no que couber:

- a. Constituição Federal de 1988, em especial o §1º do art. 199;
- b. Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990, em especial os artigos 24 a 26;
- c. Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, no que couber;
- d. Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006;
- e. Lei Orgânica Municipal de Niterói, em especial o art. 206, IV;
- f. Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011;
- g. Portaria GM/MS nº 483, de 06 de Abril de 2001;
- h. Portaria GM/MS nº 1.559, de 01 de Agosto de 2008;
- i. Portaria GM/MS nº 1034, de 05 de Maio de 2010;
- j. Portaria GM/MS nº 841 de 02 de Maio de 2012;
- k. Portaria GM/MS nº 529 de 01 de Abril de 2013;
- l. Portaria GM/MS nº 793, de 25 de Abril de 2012;
- m. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 02, da ANVISA, de 25 de Janeiro de 2010;
- n. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 50, da ANVISA, de 21 de Fevereiro de 2002;
- o. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 63, da ANVISA, de 25 de Novembro de 2011;
- p. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 36, da ANVISA, de 25 de Julho de 2013;

4.2. Somente poderão participar as pessoas jurídicas que desenvolvam atividade compatível com o objeto deste credenciamento, ofereçam atendimento e estejam sediadas e/ou estabelecidas no Município de Niterói/RJ, e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, além das disposições legais e infralegais pertinentes, independentemente de transcrição.

4.3. Não poderão participar as pessoas jurídicas:

- 4.3.1. estrangeiras ou sob controle de capitais estrangeiros;
- 4.3.2. sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;
- 4.3.3. que estejam cumprindo pena, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- 4.3.4. em processo de falência, liquidação ou dissolução;
- 4.3.5. cujos sócios, administradores e dirigentes ocupem cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do artigo 26, § 4º da Lei nº 8.080/90;
- 4.3.6. que possuam em seu quadro de funcionários servidor ou dirigente da FMS, nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

5. DOS VALORES, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO

5.1. O pagamento pela prestação dos serviços observará os valores unitários fixados na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), em vigor na data de realização dos procedimentos.

5.2. Os valores estipulados serão reajustados observados os mesmos critérios, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde, podendo os mesmos ser registrados por simples apostila, dispensados a celebração de aditamento, em conformidade com o § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. As despesas decorrentes do presente Credenciamento têm valor estimado anual de R\$ 1.621.875,41(Hum milhão, seiscentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos) custeados com recursos repassados mensalmente pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Niterói.

5.4. Os valores oriundos da PPI podem sofrer variações conforme a programação ou reprogramação pactuada entre gestores.

5.5. Os valores financiados pelo FAEC – valores extrateto – podem sofrer variações conforme a produção apresentada pelo executor.

5.6. Os valores poderão ser alterados ainda, quando houver recebimento de recursos denominados incentivos de acordo com adesão à política específica quando concedida pelo Ministério da Saúde.

5.7. As despesas com o presente Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o corrente exercício financeiro:
Programa de Trabalho: 2543.10.302.0051.2657

Fonte de Recurso: 207

Natureza das Despesas: 33.90.39.00

5.8. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

6. DOS REQUERIMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os interessados em participar do presente processo de Credenciamento deverão apresentar Requerimento de Habilitação em conformidade com o modelo do Anexo 4– Modelo de Requerimento de Habilitação.

6.2. A entrega da documentação, por parte da interessada, importa na aceitação de todas as condições previstas no presente Edital, seus anexos e na legislação pertinente.

6.3. O Requerimento deverá ser entregue pessoalmente ou via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Fundação Municipal de Saúde de Niterói (DECAU), localizado na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 9º andar, Centro, Niterói, do dia 13/02/2017 até o dia 13/08/2017, das 10h às 12h e das 13h às 16h, em envelope fechado e lacrado.

6.4. Não serão recebidos envelopes após o horário fixado no item anterior.

6.5. O Requerimento deverá ser apresentado em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou corretivo líquido, preferencialmente em papel timbrado do proponente, devidamente assinado e carimbado, com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo 4, acompanhado da documentação arrolada no *item* 7 do presente Edital.

6.6. Fica facultado à Comissão o direito de solicitar esclarecimentos, proceder a diligências e extrair certidões, para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, fixando prazo para atendimento, objetivando elucidar ou complementar a instrução do processo.

6.7. Estará sujeita à desabilitação a interessada que apresentar documentos em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital. A Comissão inabilitará também as proponentes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, bem como as que apresentarem documentos vencidos ou que não satisfaçam os requisitos legais, observado o disposto no *item* 8.2.

6.8. Cada interessada poderá ter apenas um representante no presente processo de Credenciamento, que poderá ser um dos seus sócios, diretores ou administradores, desde que detenha poderes para tal, expressamente outorgado em seu ato constitutivo, ou outra pessoa física habilitada, neste último caso mediante apresentação de instrumento de procuração público ou de carta credencial, com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo 2 – Modelo de Carta Credencial – deste Edital, com poderes para tratar de assuntos pertinentes ao Credenciamento, como usar a palavra, rubricar documentos, apresentar impugnações ou recursos, entre outros, acompanhado de cópia autenticada de qualquer documento válido de identidade que permita a sua identificação.

6.9. Poderão ser convocados servidores do Município de Niterói e/ou profissionais de reconhecida capacidade técnica, ligados ou não ao Poder Executivo do Município de Niterói/RJ, desde que não vinculados direta ou indiretamente a quaisquer das proponentes, para assessorar a Comissão no julgamento da documentação e também por ocasião da vistoria técnica.

7. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. As proponentes deverão apresentar no Envelope de Credenciamento os

documentos abaixo enumerados, relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira:

7.1.1. **Habilitação Jurídica:**

- a. Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações e fundações, acompanhado da prova de diretoria em exercício;
- d. Certificado de Filantropia, conforme a Lei nº 12.101/09, se for o caso;
- e. Cópia do Alvará de funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal da sede e também do estabelecimento da proponente em Niterói, caso não coincidam;

7.1.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo à sede da interessada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Credenciamento;
- c. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do proponente;
- d. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa Estadual, ou Positiva com efeito de Negativa expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, da sede da proponente;
- e. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da Certidão Negativa Municipal, ou Positiva com efeito de Negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, ou, se for o caso certidão comprobatória de que o proponente, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal;
- f. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF);
- g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pela Justiça do Trabalho;

7.1.3. **Qualificação Econômica Financeira:**

Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a. Certidões negativas de falência e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se a proponente não for sediada na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falência e recuperação judicial;

7.1.4. **Qualificação Técnica:**

- a. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), com dados devidamente atualizados, juntamente com o documento que comprove o credenciamento dos serviços de média complexidade no Município através da FMS ou a habilitação junto ao Ministério da Saúde para os serviços que possuírem legislação específica;
- b. Cópia do Alvará de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do local da prestação dos serviços;
- c. Relatório de Inspeção Sanitária atualizado;
- d. Registro da entidade proponente no respectivo Conselho Profissional conforme a Lei nº 6.839 de 30 de Outubro de 1980;
- e. Registro do responsável técnico junto ao Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional da categoria juntamente com a indicação de seu substituto, acompanhado da cópia autenticada da seguinte documentação: Identidade, CPF e diploma;
- f. Relação nominal da equipe técnica multiprofissional que será disponibilizada para a execução dos serviços, com a indicação das respectivas especializações e números de inscrição nos Conselhos Profissionais respectivos;
- g. Cópia do Plano de Gerenciamento de Tecnologias em Saúde aos estabelecimentos abrangidos pela RDC/ANVISA nº 2, de 25 de Janeiro de 2010;
- h. Comprovação de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando experiência anterior da proponente compatível com o objeto do presente Credenciamento.

7.1.5. **Outros documentos:**

Para fins de habilitação, as proponentes deverão apresentar ainda:

- a. Declaração de idoneidade para contratar com a Administração Pública, na forma do anexo 6;
- b. Declaração acerca dos quantitativos mínimos e máximos de procedimentos que poderá ofertar ao SUS, conforme anexo 7;
- c. Declaração de que a proponente atende a todos os requisitos previstos nas legislações pertinentes, especialmente no que concerne à estrutura física, à composição mínima da equipe técnica e aos equipamentos que serão disponibilizados ao SUS, o que será apurado por ocasião da realização da vistoria técnica;
- d. Declaração de que a proponente cumpre o inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, na forma do art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do anexo 8;
- e. Declaração dos sócios, administradores e dirigentes de que não ocupam cargo de chefia ou função de confiança no SUS, nos termos do art. 26, § 4º da Lei nº 8.080/90, conforme modelo do anexo 8;
- f. Declaração da entidade de que não existe em seu quadro e funcionários servidor ou dirigente da FMS, nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do anexo 8;

7.2. **Autenticidade ou validade das certidões e documentos**

7.2.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, mediante apresentação do documento original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, neste último caso com a referência ao endereço eletrônico onde pode ser obtida a publicação, conforme o *caput* do art. 32, da Lei nº 8.666/93.

7.2.2. As certidões e documentos valerão nos prazos que lhe são próprios, inclusive aqueles que puderem ser obtidos na internet, ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

7.2.3. As certidões e documentos que forem disponibilizados pela *internet* somente serão admitidos para fins de comprovação dos requisitos de habilitação, desde que emitidos dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação do envelope contendo a documentação de Credenciamento.

7.2.4. A proponente é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação ou descredenciamento a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos.

7.2.5. A contratada será obrigada a reapresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista do *item* 7.1.2, sempre que expirados os respectivos prazos de validade, inclusive durante a execução do contrato.

8. **DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

8.1. As proponentes deverão apresentar a documentação exigida para o

Credenciamento no prazo indicado no *item 3.1*.
8.2. Até o termo final do prazo previsto no *item 3.1*, as proponentes podem apresentar novos documentos ou substituir os já entregues.

9. DA VISTORIA TÉCNICA

9.1. Considerar-se-ão aptas à vistoria técnica as proponentes que atenderem a todas as condições da habilitação deste Edital.

9.2. Para a efetivação do Credenciamento, será realizada vistoria técnica prévia em até 10 (dez) dias úteis, após a análise e aprovação da documentação relacionada no *item 7*, das instalações da(s) proponente(s), através de Equipe Técnica a ser designada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, tendo como base o Relatório de Vistoria Técnica - Anexo 9, o qual deverá estar assinado pelos membros da comissão técnica e também pelo representante da proponente que houver acompanhado a diligência.

9.3. A vistoria técnica tem por objetivo averiguar a veracidade das informações prestadas por ocasião da entrega dos envelopes de credenciamento acerca das instalações, equipamentos e pessoal técnico responsável pela execução dos serviços objeto deste Credenciamento. Tal etapa possui caráter eliminatório. Caso seja constatado pela Equipe Técnica que os documentos e declarações apresentados não correspondem à realidade ou que a(s) proponente(s) não atendem às exigências deste Edital ou ainda que há inobservância aos ditames da legislação aplicável, em especial do Ministério da Saúde, a(s) proponente(s) será (ão) automaticamente eliminada(s).

9.4. A(s) proponente(s) será (ão) previamente comunicada(s) da realização da vistoria, com antecedência mínima de 24 horas, por qualquer um dos meios de contato informados no requerimento para credenciamento (Anexo 4).

9.5. Caso a FMS não consiga entrar em contato com a proponente, objetivando agendar a vistoria, por erro nas informações prestadas ou outro motivo não imputável à FMS, será feita a vistoria independentemente de qualquer aviso prévio.

9.6. A vistoria deverá ser acompanhada pelo responsável técnico da proponente.

9.7. Caso o responsável técnico não esteja presente, a vistoria poderá ser acompanhada por seu substituto ou, ainda, por outro funcionário especialmente designado para este fim, não cabendo, posteriormente, neste último caso, impugnação ao relatório, sob qualquer fundamento.

10. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

10.1. Instalações

a) Possuir espaço físico apropriado ao atendimento ambulatorial, com acesso e adaptações específicas aos portadores de deficiências arcando com todos os custos inerentes à instalação e manutenção das instalações locais.

b) As instalações físicas dos estabelecimentos de saúde devem estar em conformidade com as normas ABNT para acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos ABNT NBR 9050 de 31 de Maio de 2004(ou outra que vier substituí-la) e da Resolução RDC/ANVISA nº 50, de 21 de Fevereiro de 2002(ou outra que vier substituí-la).

c) As áreas de circulação devem garantir movimentação segura de profissionais, pacientes e acompanhantes evitando estrangulamentos.

d) Os ambientes devem ser climatizados com acessibilidade garantida de acordo com a legislação específica vigente, proporcionando conforto, boa circulação e privacidade nos atendimentos.

10.2. Materiais e Equipamentos

Disponer de materiais e equipamentos para a realização de consulta, avaliação, terapia individual e em grupo, oficina terapêutica para pessoas com deficiência.

Modalidade Física

- Andador (infantil e adulto);
- Barras paralelas;
- Bengalas;
- Cadeiras de rodas (infantil e adulto);
- Eretor plataforma;
- Escada linear para marcha;
- Esfigmomanômetro (infantil e adulto);
- Estetoscópio (infantil e adulto);
- Freezer;
- Goniômetro;
- Macas;
- Martelo de reflexo;
- Mesas auxiliares;
- Muletas;
- Nebulizador portátil;
- Negatoscópio;
- Oxímetro;
- Tablado para fisioterapia;
- Tábua para propriocepção;
- Armário;
- Cadeiras;
- Mesa para atividades;
- Escada com 02 degraus;
- Rampa para alongamento;
- Balança antropométrica;
- Bicicleta ergométrica vertical;
- Jogo de halteres;
- Bolas suíças tamanhos 65, 85;
- Caneleiras com peso de 0,5, 1,2, 2,5, 3, 3,5;
- Rolo de posicionamento;
- Disco proprioceptivo;
- Bolsas de gel;
- Exercitadores elásticos com resistências variadas;
- Caixa de Espelho;
- Bloco de AVDs;
- Pranchas de AVDs;
- Bandagem;

MATERIAL/EQUIPAMENTO OPCIONAL

- FES;
- Laser para fisioterapia;
- Mocho;
- Simetógrafo;
- TENS estimulador transcutâneo;
- Ultrassom para fisioterapia;
- Aparelho de fisioterapia por ondas curtas;
- Aparelho de luz infravermelho;

Modalidade Intelectual

- Estetoscópio;
- Otoscópio
- Esfigmomanômetro (adulto e infantil);
- Lanterna Clínica;
- Balança (adulto e infantil);
- Martelo de reflexo;
- Maca;
- Mesa para atividades (adulto e infantil);

- Cadeiras (adulto e infantil);
- Andador (adulto e infantil);
- Tábua de propriocepção;
- Cadeira de rodas (adulto e infantil);
- Computador;
- Armário;
- Arquivo;
- Escada de canto com rampa e corrimão;
- Aparelho de som;
- Barras paralelas;
- Materiais e jogos pedagógicos;
- Brinquedos pedagógicos;
- Espátulas;
- Luvas;
- Fita métrica;
- Testes de avaliação psicológica, cognitivas e de linguagem;
- Colchonetes de espuma ou EVA;
- Espelho com rodízio;
- Espelho Fixo;
- Livros (adultos e infantis), revistas e jornais;
- Rolo de posicionamento;
- Bola Suíça (tamanho 65 e 85 cm);
- Bola suíça tipo feijão (tamanho 40 cm);
- Cama elástica;
- Tatame;
- Almofadas;

MATERIAL/EQUIPAMENTO OPCIONAL

- Mocho

Modalidade Auditiva:

- Emissões otoacústicas(evocadas transientes e por produto de distorção);
- Audiômetro de dois canais;
- Imitanciômetro multifrequencial;
- Cabine audiométrica;
- Sistema de campo livre;
- Esfigmomanômetro (adulto e infantil);
- Estetoscópio (adulto e infantil);
- Foco frontal;
- Otoscópio;
- Autoclave;
- Cadeira otorrinolaringológica;
- Maca;
- Escada com dois degraus;
- BERA – Sistema de potencial evocado;
- Ganho de inserção (equipamento de verificação eletroacústica);
- Aspirador de secreção;
- Aspirador;
- Caneta otoscópio;
- Especulo Nasal (adulto e infantil);
- Especulo Auricular (adulto e infantil);
- Pinças (dente de rato, sem dente e em baionete);
- Curetas para remoção de cerume;
- Seringa metálica de 100ml para remoção de cerume;
- Estilete porta algodão;
- Espelho com rodízios;
- Conjunto básico de instrumentos aferidos pelo INMETRO;
- Jogos de encaixe;
- Brinquedos para ludoterapia e terapia fonoaudiológica;
- Diapasão;

10.3. Recursos Humanos

A composição da equipe mínima bem como a documentação mínima exigida deverá ser:

Modalidade Física

Categoria	Carga Horária Semanal Mínima por profissional	Número mínimo de profissionais
Responsável Técnico	=	01
Fisioterapeuta	30h	01
Fonoaudiólogo	20h	01
Terapeuta Ocupacional	20h	01

- d) Fisioterapeuta – Registro profissional;
 - e) Fonoaudiólogo – Registro profissional;
 - f) Terapeuta Ocupacional – Registro profissional;
- Poderá compor a equipe em caráter opcional:
- h) Médico Ortopedista e Traumatologista ou neurologista ou Fisiatra – Registro Profissional e título de especialista ou residência reconhecida pelo MEC;
 - i) Enfermeiro – Registro Profissional;
 - j) Assistente Social – Registro Profissional;
 - k) Técnico de enfermagem – Registro Profissional;
 - l) Musicoterapeuta – Registro Profissional;
 - m) Psicólogo – Registro Profissional;
 - n) Pedagogo – Registro Profissional;

Modalidade Intelectual

Categoria	Carga Horária Semanal Mínima	Número mínimo de profissionais
Responsável Técnico	=	01
Médico Neurologista ou Psiquiatra	08h	01
Fonoaudiólogo	20h	01
Psicólogo	20h	01
Terapeuta Ocupacional	20h	01

- e) Médico Neurologista ou psiquiatra - Registro profissional e título de especialista ou residência reconhecida pelo MEC;
 - f) Fonoaudiólogo – Registro profissional;
 - g) Psicólogo – Registro profissional;
 - h) Terapeuta Ocupacional – Registro profissional;
- Poderá compor a equipe em caráter opcional:
- h) Pedagogo – Registro profissional;
 - i) Assistente Social – Registro profissional;
 - j) Musicoterapeuta – Registro profissional;
 - k) Enfermeiro – Registro profissional;
 - l) Técnico de Enfermagem – Registro profissional;
 - m) Nutricionista – Registro profissional;
 - n) Fisioterapeuta – Registro profissional;

Modalidade Auditiva

	Carga Horária	Número mínimo de
--	---------------	------------------

Categoria	Semanal Mínima	profissionais
Responsável Técnico	—	01
Médico Otorrinolaringologista	08h	01
Fonoaudiólogo	40h	01
Psicólogo	20h	01
Terapeuta Ocupacional	10h	01
Fisioterapeuta	10h	01

- f) Médico Otorrinolaringologista – Registro profissional e título de especialista ou residência médica reconhecida pelo MEC;
- g) Fonoaudiólogo – Registro profissional;
- h) Psicólogo- Registro profissional;
- i) Terapeuta Ocupacional – Registro profissional;
- j) Fisioterapeuta – Registro Profissional;
- Poderá compor a equipe em caráter opcional:
- f) Assistente Social – Registro profissional;
- g) Musicoterapeuta – Registro profissional;
- h) Pedagogo – Registro profissional;
- i) Enfermeiro – Registro Profissional;
- j) Técnico de Enfermagem – Registro Profissional;
- Observação: O responsável técnico de todas as modalidades (física, intelectual e auditiva) deverá ser profissional de nível superior, com experiência comprovada em reabilitação que responderá tecnicamente junto a Fundação Municipal de Saúde;
- 10.4. Orientações para segurança dos pacientes
- a) Os equipamentos que utilizam radiações eletromagnéticas por ondas curtas devem ser instalados em local distante de áreas de circulação de pessoas e de equipamentos elétricos, em condições que garantam o seu uso de forma segura para terapeutas e pacientes;
- b) No local de instalação dos equipamentos que utilizam radiações eletromagnéticas por ondas curtas deve haver sinalização visível, próxima ao equipamento com as inscrições "o uso deste equipamento é contraindicado para pessoas que possuem marcapasso, implantes ou fixadores de metal, DIU, alterações sensoriais e/ou circulatórias, infecções e/ou feridas abertas e gestantes.
- c) No caso de terapias com laser, é obrigatório o uso de óculos de segurança para fototerapia pelo fisioterapeuta e pelo paciente durante todo o período de utilização dos equipamentos.
- d) Os pacientes submetidos à termoterapia devem ser informados sobre as contraindicações, cuidados necessários, sensações térmicas esperadas e necessidade de comunicar ao profissional qualquer efeito diferente do esperado.
11. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 11.1. O acesso ao SUS se faz preferencialmente pela regulação, a partir de Atenção Básica, ressalvadas as situações de urgência e emergência sob definição da Contratada;
- 11.2. Encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra referência, do Sistema Único de Saúde – SUS, e sem prejuízo da observância das ações do Complexo Regulador do Município;
- 11.3. As ações e os serviços de saúde ofertados pelo prestador SUS aos usuários são gratuitos, vedada a cobrança pelos serviços a qualquer título;
- 11.4. A proponente não poderá fazer qualquer tipo de discriminação no atendimento prestado aos pacientes;
- 11.5. Os serviços objeto deste Credenciamento serão prestados no estabelecimento da contratada, conforme especificações constantes no Edital e nos anexos;
- 11.6. Caberá a Fundação Municipal de Saúde de Niterói fiscalizar o cumprimento das normas inerentes à humanização do atendimento;
- 11.7. As despesas com qualquer material de consumo necessário à execução dos serviços serão de responsabilidade da credenciada;
- 11.8. Os equipamentos que se façam necessários ao perfeito e bom funcionamento dos serviços deverão ser disponibilizados pela proponente, sem ônus para a FMS;
- 11.9. As despesas decorrentes da contratação de profissionais, como salários, encargos sociais, fiscais e outros correrão por conta da credenciada.
- 11.10. A credenciada colocará à disposição do SUS a sua capacidade instalada para o atendimento do volume assistencial definido na Ficha de Programação Físico-Orçamentária - FPO.
- 11.11. A credenciada deverá prestar os serviços de acordo com os protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, Sociedades Técnicas especializadas com reconhecimento de âmbito nacional e gestores do SUS, observando-se recomendações de boa técnica, colocando à disposição dos usuários do serviço somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe ou serviços reconhecidos.
- 11.12. Estabelecimento de metas quantitativas e indicadores de qualidade para todas as atividades de saúde.
12. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO
- 12.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital de Credenciamento.
- 12.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar este Edital aquele que não o fizer até 05 (cinco) dias úteis antes da data designada para a abertura do prazo de Credenciamento, apontando de forma clara e concisa os pontos em relação aos quais tenha dúvidas ou sobre os quais versa a impugnação.
- 12.3. As petições devidamente instruídas (assinatura, endereço, denominação e telefone para contato) deverão ser protocoladas no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da FMS (DECAU).
- 12.4. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, somente será reaberto o prazo para a apresentação dos requerimentos de habilitação, se a modificação do Edital puder afetar a ampla participação de interessados no Credenciamento.
13. DO RESULTADO E DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO
- 13.1. Após análise da documentação e realização da vistoria técnica, será divulgado no Diário Oficial do Municipal e também no endereço eletrônico www.saude.niteroi.rj.gov.br o resultado do julgamento, contendo a relação das proponentes habilitadas e dos requerimentos indeferidos, iniciando-se, a partir da data da primeira publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recursos, independentemente de nova comunicação aos interessados.
- 13.2. Transcorrido o prazo a que se refere o item anterior sem apresentação de recursos ou após o seu julgamento, o resultado do credenciamento será submetido à autoridade máxima da FMS.
- 13.3. Todas as proponentes que preencherem os requisitos deste Edital e forem consideradas aptas na vistoria técnica serão credenciadas como prestadoras SUS.
14. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
- 14.1. O credenciamento não gera para as instituições habilitadas direito subjetivo à celebração de contrato com a Administração Pública.
- 14.2. Homologado o Credenciamento e havendo demanda, a FMS convocará a(s) credenciada(s) para assinar o respectivo contrato - Anexo 11, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Ultrapassado o prazo assinalado sem que a credenciada atenda à convocação ou recusando-se a credenciada a assinar o contrato, decairá do direito de ser contratada, sujeitando-se ainda às penalidades legais.
- 14.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período,

quando solicitado pela credenciada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela FMS.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o referido prazo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observando o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

15.2. Se houver interesse das partes na prorrogação do contrato, a contratante vistoriará as instalações da contratada para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas, verificadas por ocasião do cadastramento. A vistoria será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término do contrato.

16. DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

16.1. A distribuição de procedimentos por prestador será operacionalizada exclusivamente pela Central de Regulação desta Fundação que é a reguladora das vagas, cujos critérios de rateio são:

- a) A regulação do paciente para o prestador de que for mais próximo de sua residência;
- b) Ou para o serviço que dispuser de vaga no momento da regulação do paciente;

16.2. A distribuição de procedimentos considerará ainda, a capacidade instalada da credenciada de modo que a repartição total das vagas existentes ocorra de forma igualitária e proporcional à estrutura disponibilizada ao SUS, devendo objetivar, por fim, a prestação de serviços de qualidade;

16.3. Caberá a Fundação Municipal de Saúde de Niterói determinar metas físicas, qualitativas e assistenciais a serem cumpridas; o volume de prestação de serviços; os protocolos de humanização do atendimento e de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e outros fatores que tornem o serviço um efetivo instrumento de garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS.

17. DA QUANTIDADE ESTIMADA DE PROCEDIMENTOS

17.1. Considerando a série histórica da produção dos serviços do ano de 2015, chegamos aos quantitativos estimados dos serviços.

17.2. A quantidade total dos procedimentos descritos poderá ser dividida em partes iguais em mais de uma unidade prestadora, desde que não lese assistência ao usuário e lhe dê melhor comodidade.

17.3. É obrigatória a apresentação de proposta para todos os procedimentos descritos no anexo 03.

17.4. Destaca-se que os quantitativos são estimados e poderão variar conforme disposições das regulamentações em vigor.

17.5. A(s) empresa(s) contratada(s) será (ao) remunerada(s) de acordo com a comprovação dos serviços prestados.

18. DOS SISTEMAS DE GESTÃO E INFORMAÇÃO

A empresa credenciada para a prestação do serviço deverá atender às necessidades deste no que concerne à alimentação dos dados necessários ao gerenciamento das informações em saúde utilizados pela Fundação Municipal de Saúde. Para tal mister deverão observar os seguintes procedimentos:

18.1. Preencher e entregar no DECAU, mensalmente, a proposta de ficha atualizada de Programação Físico-Orçamentária (FPO – Anexo 10);

18.2. Registrar, mensalmente, os dados de produção no Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, atualizando, com a mesma periodicidade, o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), o instrumento relativo ao registro do procedimento executado ou outro sistema de informações que venha a ser implementado no âmbito do SUS;

18.3. Utilizar os atuais sistemas de tecnologia da informação que subsidiam a regulação do acesso, ou outro sistema de informação que venha a ser implementada.

19. DO PAGAMENTO AO PRESTADOR

19.1. O pagamento se fará de acordo com a produção efetivamente prestada e comprovada.

19.2. A comprovação da realização dos procedimentos se dará pela assinatura do paciente nas fichas de presença, bem como pelas anotações médicas e de enfermagem. A não assinatura do documento pelo paciente sempre antes do início do procedimento ou seu responsável/acompanhante poderá implicar o não pagamento do procedimento cobrado. Tais fichas deverão ficar à disposição dos Gestores Municipais, bem como da Auditoria do DENASUS.

19.3. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado após o repasse dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao Fundo Municipal de Saúde. O financiamento SUS para a prestação de serviços técnico-profissionais na área de atendimento multiprofissional especializado para suporte à rede de atenção à pessoa com deficiência descritos no anexo 02 provém da fração de financiamento de Média e Alta Complexidade – MAC.

19.4. A contratada apresentará mensalmente a contratante as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados, obedecendo aos procedimentos e aos prazos estabelecidos pela FMS e pelo Ministério da Saúde.

19.5. O prestador emitirá a nota fiscal que deverá vir acompanhada da comprovação da quitação dos encargos (INSS, ISS, FGTS) devidamente pagos na competência do faturamento, devendo ser fornecidos em papel impresso.

19.6. Caso os dados da nota estejam incorretos, a contratante comunicará à contratada e esta emitirá nova nota, escoimada daquelas correções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

19.7. O pagamento pelos serviços prestados apenas será feito após o devido ateste das notas fiscais.

19.8. As faturas rejeitadas pelo SIA/SUS ou, eventualmente, pela FMS serão devolvidas à contratada para as correções cabíveis, devendo ser reapresentadas no próximo faturamento e, sendo o prazo máximo de até 03 (três) competências para a representação.

19.9. Findo este prazo sem que haja regularização por parte da contratada ou apresentação de defesa aceita pela contratante, a contratada está sujeita ao não recebimento pela prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital.

20. DO PROCESSAMENTO DO FATURAMENTO

20.1. A produção ambulatorial da contratada deverá ser encaminhada eletronicamente, via e-mail (ambulatorialdecau@gmail.com), à FMS, até o dia 10 de cada mês posterior ao da prestação dos serviços, para processamento do faturamento. Caso o décimo dia do mês recaia em dia em que não houver expediente na FMS, prorroga-se o prazo para o primeiro dia útil subsequente.

20.2. A contratada deverá entregar a nota fiscal emitida em 01(uma) via e os comprovantes de pagamento dos encargos incidentes sobre a prestação dos serviços (INSS, FGTS e ISS), até 5 (cinco) dias após a divulgação do valor apurado do faturamento, na página eletrônica do DECAU (http:\\fmsdecau.brinkster.net), a fim de que seja aberto processo administrativo para pagamento.

20.3. O atraso no envio dos documentos acima mencionados poderá acarretar atraso no pagamento não imputável à FMS, não incidindo, portanto, sobre o valor do débito principal qualquer acréscimo ou multa.

20.4. A contratante, após a conferência dos documentos apresentados, efetuará o pagamento do valor apurado, depositando-o obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária da contratada, cujo número e agência deverão ser informados à

Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, até a assinatura do Contrato.

20.5. Ocorrendo erro ou falta de processamento das contas por culpa da contratante, esta garantirá à contratada o pagamento, no prazo avençado do contrato, do valor correspondente ao mês imediatamente anterior, acertando eventuais diferenças no pagamento seguinte, ficando, contudo, exonerada do pagamento de multa ou de quaisquer outras sanções e encargos financeiros.

20.6. As contas rejeitadas ou glosadas quanto ao mérito serão objeto de análise pelo Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, a qualquer tempo.

20.7. Nenhum pagamento será efetuado a contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

20.8. Em hipótese alguma serão pagos serviços não realizados.

20.9. Após o encerramento do contrato, os serviços realizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em prazo máximo de 3(três) competências.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Realizar os pagamentos devidos à contratada, nas condições estabelecidas no Edital, seus anexos e no contrato.

21.2. Atestar as notas fiscais;

21.3. Processar o faturamento no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS);

21.4. Apresentar relatórios mensais das glosas técnicas e administrativas dos procedimentos, com o respectivo desconto na produção apresentada;

21.5. Realizar, a qualquer tempo, visitas técnicas, dentro de suas programações de rotina ou extraordinárias utilizando metodologia usual ou específica, e por outros componentes;

21.6. Analisar os relatórios e atividades elaborados pela contratada, que demonstrem o atendimento ao objeto;

21.7. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada, fornecer documentos e demais elementos que possuir pertinentes à execução do contrato, exceto aqueles protegidos pelo dever de sigilo;

21.8. Supervisionar e fiscalizar as ações e os serviços executados pelos prestadores contratados, de forma permanente, por meio da adoção de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados, além daqueles já previstos no âmbito do SNA, documentando as ocorrências que porventura ocorrerem, visando a garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade;

21.9. Aplicar as penalidades legais e contratuais, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, observado o devido processo legal.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Realizar os serviços de acordo com todas as exigências pactuadas;

22.2. Informar imediatamente à CONTRATANTE eventual mudança temporária ou permanente, de endereço do estabelecimento de prestação do serviço, hipótese na qual a CONTRATANTE poderá rever as condições do contrato ou rescindi-lo;

22.3. Informar imediatamente à CONTRATANTE as eventuais alterações, temporárias ou permanentes, da capacidade instalada que possam vir a comprometer a oferta de serviços disponibilizados ao SUS;

22.4. Comunicar eventual alteração de seus atos constitutivos ou da composição de seu quadro social, enviando à FMS, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da data de registro da alteração, todos os documentos pertinentes a essa alteração;

22.5. Informar imediatamente qualquer mudança, temporária ou permanente, do Responsável Técnico e/ou de seu substituto;

22.6. Promover a qualificação de suas equipes profissionais;

22.7. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal, igualitário e gratuito, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

22.8. Prestar assistência integral e humanizada aos pacientes encaminhados pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ;

22.9. Realizar procedimentos e rotinas técnicas atualizadas com base nas melhores evidências científicas disponíveis;

22.10. Esclarecer aos pacientes e/ou responsáveis legais sobre seus direitos e sobre demais informações relevantes pertinentes aos serviços oferecidos;

22.11. Respeitar a decisão do paciente e/ou responsáveis legais, ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

22.12. Informar ao usuário do SUS e à FMS, prévia e expressamente, quando um procedimento proposto for experimental ou fizer parte de pesquisa. O usuário do SUS decidirá de forma livre e esclarecida sobre a sua participação;

22.13. Registrar no prontuário todas as informações referentes à assistência prestada ao paciente e à sua evolução clínica, bem como todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente;

22.14. Garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos pacientes;

22.15. Apresentar, por escrito, aos pacientes ou a seus responsáveis legais, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Edital e seus anexos;

22.16. Obrigar-se a entregar ao usuário ou ao seu responsável, no ato da saída do estabelecimento ou sempre que solicitado, documento comprobatório, informando que a assistência foi prestada pelo SUS, sem custos adicionais para o paciente. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: *"Esta conta deverá ser paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada a cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título."*, com os seguintes dados:

a. Nome da Contratada;

b. Nome do paciente;

c. Localidade;

d. Nome e valor do procedimento realizado;

22.17. Manter suas condições de habilitação durante todo o período contratual;

22.18. Estabelecer normas e rotinas institucionalizadas para todos os serviços prestados;

22.19. Participar de programas, pesquisas e ações estratégicas propostas pelo Ministério da Saúde e a Fundação Municipal de Saúde de Niterói;

22.20. Enviar ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria (DECAU) da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ laudo técnico de inspeção da Vigilância Sanitária, sempre que houver nova fiscalização;

22.21. Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde – PNASS, estabelecido pela Portaria GM/MS nº 28, de 08 de Janeiro de 2015(ou outra que vier a substituí-la);

22.22. Submeter-se à regulação instituída pelo Gestor;

22.23. Obrigar-se a apresentar, sempre que lhe for solicitado, relatórios de atividades que demonstrem o atendimento do objeto;

22.24. Garantir aos Conselhos de Saúde, no exercício de seu poder de fiscalização, o acesso aos serviços contratados;

22.25. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH);

22.26. Cumprir as diretrizes do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

22.27. Submeter-se ao Sistema Nacional de Auditoria (SNA), no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, sempre que solicitado;

- 22.28. Ter contrato de manutenção para todos os equipamentos destinados aos pacientes, visando à manutenção preventiva e ao reparo dos equipamentos que porventura venham a apresentar defeito técnico, identificando/substituindo peças danificadas e/ou em condições precárias de uso que possam prejudicar o adequado funcionamento do equipamento;
- 22.29. Efetuar aferição/calibração de parâmetros mensuráveis que comprovem a acurácia do equipamento dentro da periodicidade recomendada pelo fabricante ou anualmente, valendo o que for menor. Deve estar incluído, entre outros, testes de controle de qualidade.
- 22.30. Orientar e treinar os profissionais quanto aos cuidados, procedimentos e protocolos de limpeza, notadamente para os equipamentos, para otimizar o seu uso e ampliar sua vida útil;
- 22.31. Buscar desenvolver metodologia de garantia de qualidade e segurança na assistência a saúde visando à redução de eventos indesejados nos usuários do SUS;
- 22.32. Fornecer todos os materiais de consumo específicos, tais como: materiais de administração, de enfermagem, medicamentos, descartáveis e impressos para a prestação dos serviços;
- 22.33. Assumir a obrigação de entregar ao Serviço de Regulação a cópia dos laudos para processamento dos instrumentos relativos ao registro do procedimento executado para cobrança junto ao SUS, por meio físico ou por meio eletrônico.
- 22.34. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, nos termos da Resolução nº 1.821/07 do Conselho Federal de Medicina, ressalvados os prazos previstos em lei. É indispensável ao serviço possuir prontuário único para cada paciente, que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente.
- 22.35. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;
- 22.36. Reagendar e garantir o atendimento quando não houver a possibilidade de atendimento dos pacientes agendados.
- 23. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**
- 23.1. Responsabilizar-se pela cobrança indevida, feita a paciente ou a seu responsável legal, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução do objeto deste Edital.
- 23.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante, aos pacientes ou a terceiros, quando da execução dos serviços. Essa responsabilidade da contratada não é excluída ou reduzida pela presença da fiscalização ou pelo acompanhamento da execução do contrato pela contratante.
- 23.3. A contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, previdenciários, civis, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição para pagamento dos créditos à contratada.
- 23.4. Responsabilizar-se pela contratação de pessoal para a execução dos serviços necessários à execução do objeto deste Edital, responsabilizando-se, ainda, por todos os encargos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e fiscais ou quaisquer outras advindas das contratações, previstas na legislação em vigor.
- 23.5. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da contratada ou ainda por funcionários terceirizados ou da verificação da existência de débitos previdenciários decorrentes da execução do contrato pela contratada, com a inclusão da FMS ou do Município de Niterói no polo passivo da ação, a contratante poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores cobrados, que poderão ser complementados por meio de nova retenção, em caso de insuficiência;
- 23.6. A retenção prevista no *item* 23.3 será realizada na data do conhecimento pela FMS ou pelo Município de Niterói da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.
- 23.7. A quantia objeto de retenção na forma do item 23.3 será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela contratada.
- 23.8. Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no *item* 23.5, a contratante efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à contratada.
- 23.9. Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo, após o trânsito em julgado e/ou a realização do pagamento da dívida.
- 24. DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO**
- 24.1. Os serviços prestados pela Credenciada à população, em decorrência da execução do objeto deste Edital, serão totalmente gratuitos, sendo-lhe vedado exigir qualquer tipo de contraprestação, ajuda, auxílio ou colaboração.
- 24.2. A Credenciada deverá afixar aviso, em local visível, em todas as entradas de público externo ou salas de atendimento aos pacientes, de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição.
- 25. DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**
- 25.1. A execução dos serviços contratados será objeto de acompanhamento, controle e avaliação pelo departamento competente.
- 25.2. A execução dos serviços contratados será objeto de fiscalização por servidor (es) designado(s) pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói.
- 25.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades, inclusive perante terceiros, nem a exime de manter fiscalização própria.
- 25.4. A fiscalização não implica a corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos.
- 25.5. Para execução da fiscalização, a contratada se submeterá a todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessárias.
- 25.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela contratante, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar na aplicação de sanções legais e contratuais à contratada.
- 25.7. Qualquer alteração que importe em diminuição da capacidade operativa da Credenciada poderá ensejar a não prorrogação do contrato ou a revisão das condições estipuladas.
- 25.8. A(s) Credenciada(s) facilitará(ão) o acompanhamento e a fiscalização permanentes dos serviços, prestará(ão) todos os esclarecimentos e entregará(ão) todos os documentos que lhe(s) forem solicitados.
- 25.9. O(s) servidor(es) designado(s) pela fiscalização, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para constatação e providências cabíveis.
- 26. DO DESCREDECENCIAMENTO**

26.1. O descumprimento de quaisquer das normas e condições previstas na legislação aplicável, neste Edital e seus anexos, poderá ensejar o descredenciamento da contratada e a consequente rescisão do contrato.

26.2. A inabilitação ou descredenciamento poderá ocorrer em qualquer fase do Credenciamento, inclusive durante a vigência do contrato, caso o(s) servidor(es) designado(s) para fiscalização do objeto do contrato tome(m) conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade da proponente, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas neste Edital ou na legislação aplicável.

26.3. As Credenciadas não terão qualquer direito à indenização em decorrência do descredenciamento, garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data do ato.

26.4. No caso de descredenciamento fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26.5. A contratada poderá requerer seu descredenciamento, por meio de documento formal endereçado ao Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da Fundação Municipal de Saúde de Niterói/RJ, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias.

27. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

27.1. A inexecução do objeto deste cadastramento, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
- c. suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

27.2. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

27.3. A sanção prevista na alínea b deste ITEM poderá ser aplicada cumulativamente com qualquer outra.

27.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

27.5. A multa administrativa prevista na alínea b do item 27.1 não tem caráter compensatório. O seu pagamento não exime responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos apurados.

27.6. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela contratante e ainda da aplicação de outras sanções administrativas.

27.7. Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal da contratante.

27.8. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

27.9. Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela contratada, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

28. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

28.1. O prazo para recebimento dos requerimentos de habilitação poderá ser adiado ou prorrogado, sem que caibam aos interessados quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

28.2. O presente Credenciamento poderá ser revogado em face de razões de interesse público, mediante decisão fundamentada, por motivo superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ainda ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, assegurado o devido processo legal.

28.3. A(s) credenciada(s) não terá(ão) qualquer direito à indenização em decorrência da anulação/revogação do Credenciamento, sendo-lhe assegurado apenas o pagamento pelos serviços prestados até a data do ato.

29. DOS RECURSOS

29.1. Das decisões proferidas no presente procedimento de Credenciamento caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Município ou da intimação do ato, o que ocorrer primeiro, nos seguintes casos:

- a. Habilitação ou inabilitação da proponente;
- b. Descredenciamento;
- c. Anulação ou revogação do Credenciamento;
- d. Penalidades aplicadas.

29.2. Os recursos serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade credenciadora por intermédio da Comissão de Credenciamento, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade máxima, com as informações cabíveis.

29.3. Só serão aceitos recursos por escrito e protocolados no Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria da FMS (DECAU), no endereço constante no item 3.1.

29.4. É vedada a apresentação de mais de um recurso contra a mesma decisão pela mesma proponente.

29.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento a todos os recorrentes por publicação no Diário Oficial do Município.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Ao protocolar o envelope de credenciamento, presume-se que a proponente conhece todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

30.2. A participação neste processo de Credenciamento implica a aceitação de todos os termos deste Edital e da legislação aplicável.

30.3. A interessada é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de Credenciamento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inveracidade das informações nele contidas implicará a imediata inabilitação da interessada que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido credenciada, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

30.4. A FMS poderá solicitar às credenciadas, a qualquer momento, informações e documentos que julgar necessários.

30.5. As interessadas intimadas a prestar quaisquer esclarecimentos ou a apresentar documentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela FMS, sob pena de descredenciamento e/ou rescisão do contrato.

30.6. O desatendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento da interessada do processo de Credenciamento, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

30.7. Os atos referentes a este processo de Credenciamento poderão ser comunicados às interessadas por qualquer meio de comunicação que comprove o

recebimento ou, ainda, mediante a publicação no Diário Oficial do Município, salvo disposição legal ou editalícia expressa em sentido contrário.

30.8. É permitido o Credenciamento a qualquer interessado, desde que preencha as condições exigidas e durante a vigência deste Edital.

30.9. Fazem parte do presente Edital, integrando-o, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência

Anexo 2 – Lista de Procedimentos

Anexo 3 – Lista de Procedimentos Obrigatórios

Anexo 4 – Modelo de Requerimento para credenciamento

Anexo 5 - Modelo de Carta Credencial

Anexo 6 - Modelo de Declaração de idoneidade para contratar com a Administração

Anexo 7 – Modelo de declaração dos quantitativos mínimos e máximos dos procedimentos a serem ofertados

Anexo 8 – Modelo de declaração de cumprimento de requisitos legais

Anexo 9 – Modelo de relatório de vistoria

Anexo 10 – Ficha de Programação Orçamentária(FPO)

Anexo 11 - Minuta de Contrato

Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

30.10. O Foro de Niterói é eleito como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Credenciamento e à contratação dele decorrente, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Licença Especial (Deferido)

200/5499/2016 - Port. 006/2017 - Eliane Narciso Rosas

Solicitamos **tornar insubsistente a Portaria de Atribuição FMS/FGA nº 249/2016**, publicada em **21 de dezembro de 2016**, que atribui a contar de 01/11/2016, a **IVAN AVERSA DUTRA SOUTO**, a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-7/SUS**, da **Policlínica de Especialidades em Atenção a Saúde da Mulher Malu Sampaio**, da Vice-Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e da Família, **no cargo de Chefe da Seção de Patologia Obstétrica**, em vaga decorrente da dispensa de Leila Riedel Marins.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,

RESOLVE:

Ficam refixados, os proventos mensais de **Jussara Dias da Silva**, aposentada pela Portaria FME/1150/2012 de 21/11/2012, a contar de 01/11/2012 no cargo de **Professor II NS I**, matrícula nº 235.642-6.

Tornar sem efeito, o processo 210/3943/2016, publicado em 10/11/2016, onde se lê

Redução de Carga Horária.

Redução de Carga Horária – Deferido

Proc. 210/5357/2016 – Claudia Aguiar Miranda da Motta.

Proc. 210/5356/2016 – Claudia Aguiar Miranda da Motta.

Proc. 210/5165/2016 - Katia de Almeida Ojeda.

Proc. 210/5164/2016 - Katia de Almeida Ojeda.

Proc. 21/ 5316/2016 - Maria de Fatima Regina Torres Pinheiro Mota.

Proc. 210/5096/2016 - Maria do Carmo de Carvalho Brum.

Proc. 210/5065/2016 - Paulo Cezar Fernandez da Fonseca.

Proc. 210/5001/2016 - Marcia da Silva Marques Lima.

Readaptação – Deferido

Proc. 210/4936/2016 - Anna Hedwiges Moura Aguilera

Proc. 210/4816/2016 - Katia Saif de Souza.

Proc. 210/4365/2016 - Leni Porto Costa Siqueira.

Proc. 210/4918/2016 - Mônica Martiniano de Souza Martins.

Proc. 210/4917/2016 - Mônica Martiniano de Souza Martins.

Proc. 210/5522/2016 - Marcia Regina Almeida dos Santos.

Licença Para Acompanhar Cônjuge – Deferido

Proc. 210/5384/2016 - Ana Beatriz Costa Bezerra.

Proc. 210/5385/2016 - Ana Beatriz Costa Bezerra.

Licença Especial – Deferido

Proc. 210/4401/2016 - Maria Lucimar Silva de Macedo.

Proc. 210/5596/2016 - Telma Lucia de Mello Castro Fernandes.

Averbação de Tempo de Serviço – Deferido

Proc. 210/0038/2017 – Solange Ferreira Pinto Marinho.

Cancelamento Licença Especial – Deferido

Proc. 210/0075/2017 - Sandra Regina Ouniques de Albuquerque.

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do CEC da Escola Municipal Diógenes Ribeiro de Mendonça, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 8º. Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca todos os professores e servidores lotados na U.E., bem como pais e responsáveis por alunos devidamente matriculados nesta, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, na sede da Unidade Escolar, localizada na Rua Caetano Monteiro, s/nº - Pendotiba - Niterói, no dia 08 de fevereiro de 2017, às 08h, em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes conforme indicação estatutária, 08h30min em segunda e última convocação com qualquer número de participantes, para discutir e deliberar sobre as seguintes pautas:

- Proposta Pedagógica da Unidade Escolar;
- Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do PDDE;
- Plano de Aplicação das Verbas Escolares;
- Calendário Escolar do Ano Letivo;
- Assuntos Gerais relevantes.

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do CEC da UMEI Rosalda Paim, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 8º. Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca todos os membros da comunidade escolar, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, na sede da Unidade Escolar, localizada na Rua Dr. Celestino, nº 78 – Centro - Niterói, no dia 03 de fevereiro de 2017, às 08h30min, para discutir e deliberar sobre as seguintes pautas:

- Eleição dos membros do CEC;
- Plano de trabalho para 2017;
- Plano de Aplicação de recursos do PDDE;
- Calendário 2017;
- Assuntos Gerais.

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do CEC da Escola Municipal Infante Dom Henrique, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 8º. Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca todos os professores e servidores lotados na U.E., e responsáveis por alunos devidamente matriculados nesta, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, na sede da Unidade Escolar, localizada na Avenida Professor João Brasil, nº 2000 - Engenhoca - Niterói, no dia 08 de fevereiro de

2017, às 09h30min, em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes conforme indicação estatutária, 10h em segunda e última convocação com qualquer número de participantes, para discutir e deliberar sobre as seguintes pautas:

- Nova Formação do Conselho Escola Comunidade desta Unidade Escolar.

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do CEC da UMEI Professora Margareth Flores, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 8º. Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca todos os professores e servidores lotados na U.E., bem como pais e responsáveis por alunos devidamente matriculados nesta, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, na sede da Unidade Escolar, localizada na Rua Albino Pereira, s/nº - São Francisco - Niterói, no dia 03 de fevereiro de 2017, às 08h, em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes conforme indicação estatutária, às 08h30min, em segunda e última convocação com qualquer número de participantes, para discutir e deliberar sobre as seguintes pautas:

- Eleição e posse de novos membros do CEC;
- Planejamento e análise dos recursos do Governo Federal do 1º semestre/2017;
- Assuntos Gerais.

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do CEC da UMEI Neusa Brizola, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Artigo 8º. Parágrafo 1 e 2 do Estatuto deste Conselho Escola Comunidade, convoca todos os professores e servidores lotados na U.E., bem como pais e responsáveis por alunos devidamente matriculados nesta, para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, na sede da Unidade Escolar, localizada na Rua Professor João Brasil, nº 2000 - Engenhoca - Niterói, no dia 15 de fevereiro de 2017, às 15h, em primeira convocação e, não havendo número legal de participantes conforme indicação estatutária, 15h30min em segunda e última convocação com qualquer número de participantes para discutir e deliberar sobre as seguintes pautas:

- Destinação dos recursos do PDDE 2017;
- Projetos que serão desenvolvidos em 2017.

NITERÓI PREV.

Atos da Presidência

PORTARIA PRESI nº 15 /2017. **CONCEDER** pensão à **NEUZA PEREIRA**, companheira do ex-servidor NELSON CUNHA, falecido em 07/06/2016 no cargo de CAVOQUEIRO – CLASSE C- ÍNDICE 9 - SMA, matrícula n.º 216.377-2, nos termos do art. 6º, inciso I, c/c o art. 13 da Lei Municipal nº 2.288/05, c/c art. 40, § 7º, inciso I da Constituição federal de 1988, c/c o artigo 2º, inciso I da Lei 10.887/047 de 18.06.04, à partir de 07/06/2016, conforme processo n.º **310/799/2016**.

PORTARIA PRESI nº 013/2017. **CONCEDER** pensão à **ALICE ALVES DE FARIAS**, companheira do ex-servidor CARLOS ANTONIO ROUPA, falecido em 19/07/2016 no cargo de AGENTE DE CONTROLE DE ZOONÓZES – NÍVEL FUNDAMENTAL – REF. XVI - FMS, matrícula n.º 227105-4, nos termos do inciso I do § 7º do art. 40 da CRFB/88, c/c o inciso I, do art. 2º da Lei 10.887/04, c/c o art. 6ºA da E.C. 41/03, a partir de 19/07/2016, conforme processo n.º **310/961/2016**.

PORTARIA PRESI Nº 16/2017 – Declarar, em aditamento à portaria GP nº 102/2012 publicada em 25/09/2012, que a aposentadoria voluntária com proventos integrais, a contar de 26/09/2012, de **MARIA HELENA ALMEIDA DE OLIVEIRA**, portadora da **matrícula nº 2441/3**, no cargo de **Técnico de Planejamento, Nível Superior IV, Categoria IV**, encontra amparo legal no artigo 89, inciso X c/c o artigo 130, § 1º da Lei nº 531/85 c/c os incisos I, II, III e o § único do artigo 3º da EC nº 47/2005, em atendimento à exigência do TCE/RJ nos autos do processo administrativo nº 310000921/2012.

PORTARIA PRESI nº 17/2017. **CONCEDER** pensão à **BERNARDINO DA SILVEIRA BORGES**, esposo da ex-servidora ROSEMARY BATISTA BORGES, falecida em 22/06/2016 no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, NÍVEL FUNDAMENTAL, REFERÊNCIA A-VII - FMS, matrícula n.º 435.839-6, nos termos do inciso I, art. 6º c/c alínea “a”, inciso II do art. 13 da Lei Municipal nº 2.288/05, c/c inciso I, § 7º, art. 40 da Constituição Federal de 1988, c/c o inciso I, art. 2º da Lei 10.887/04 c/c artigo 6-A § único da EC 41/03 à partir de 22/06/2016, conforme processo n.º **310/894/2016**.

PORTARIA PRESI nº 018/2017. **DECLARAR** em aditamento à Portaria NGP nº 034/2011, publicada em 01/04/2011, que na pensão concedida à **CARINE PEREIRA PAVUNA e EUNICE PEREIRA PAVUNA**, filhas do ex-servidor JOÃO CARLOS DA SILVA PAVUNA, falecido em 25/11/2009, matrícula nº 220351-1, no cargo de TRABALHADOR – NÍVEL 01 – SMA, que em virtude de determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o valor fixado para o benefício é de R\$ 726,08 (SETECENTOS E VINTE E SEIS REAIS E OITO CENTAVOS) e a fundamentação da pensão é nos termos do Art. 2º inciso II da Lei 10.887/04, c/c o § 7º inciso II do Art. 40 da CRFB/88, conforme processo **310/001384/2010**.

PORTARIA PRESI nº 080/2017. **DECLARAR** em aditamento à Portaria NGP nº 124/2012, publicada em 28/11/2012, que na pensão concedida à **EDILA PEREIRA DE MEDEIROS**, companheira do ex-servidor ÁLVARO DA CONCEIÇÃO, falecido em 29/07/2012, matrícula nº 216347-0, no cargo de TRABALHADOR – NÍVEL 01 – SMA, que em virtude de determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o valor fixado para o benefício é de R\$ 726,08 (SETECENTOS E VINTE E SEIS REAIS E OITO CENTAVOS) e a fundamentação da pensão é nos termos do Art. 2º inciso I da Lei 10.887/04, c/c o § 7º inciso I do Art. 40 da CRFB/88, c/c art. 6º A da E. C. 41/03, conforme processo **310/000898/12**.

PORTARIA PRESI nº 081/2017. **DECLARAR** em aditamento à Portaria NGP nº 135/2011, publicada em 14/11/2011, que na pensão concedida à **LUCIA ELENA DA PENHA DA SILVA, esposa** do ex-servidor SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA, falecido em 14/08/2011, matrícula nº 223430-0, no cargo de SOLDADOR ELÉTRICO – NÍVEL 04-SMA, que em virtude de determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a fundamentação da pensão é nos termos do Art. 2º inciso I da Lei 10.887/04, c/c o § 7º inciso I do Art. 40 da CRFB/88, c/c art. 7º da E. C. 41/03, conforme processo **310/000978/11**.

PORTARIA PRESI nº 082/2017. **DECLARAR** em aditamento à Portaria NGP nº 089/2013, publicada em 15/04/2013, que na pensão concedida à **GILSON NARCISO LEGENTIL**, esposo da ex-servidora JANICE DA SILVA LEGENTIL, falecida em 21/11/2012, matrícula nº 101149-3, no cargo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA – QSL – 8 - CMN, que em virtude de determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a fundamentação da pensão é nos termos do § 7º inciso I do Art. 40 da CRFB/88, c/c art. 6º A da E. C. 41/03, conforme processo **310/000090/2013**.

PROCESSO Nº 310/000648/2015 - INDEFERIDO.

PROCESSO Nº 310/000429/2014 - INDEFERIDO.

PROCESSO Nº 020/001184/2014- INDEFERIDO.

FIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica calculada e fixada em parcela única de R\$ 1.205,27 (Hum Mil Duzentos e Cinco Reais e Vinte e Sete Centavos) a pensão de BERNARDINO DA SILVEIRA BORGES, esposo da ex-servidora ROSEMARY BATISTA BORGES, falecida em 22/06/2016, no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, NÍVEL FUNDAMENTAL, REFERÊNCIA VII- FMS, matrícula nº 435.839-6, de acordo inciso I, art. 6º c/c alínea “a”, inciso II do art. 13 Lei

Municipal nº 2.288/05, c/c inciso I, § 7º, art. 40 da Constituição Federal de 1988, c/c o inciso I, art. 2º da Lei 10.887 de 18.06.04, c/c artigo 6º A § único da E.C. 41/03, conforme parcelas abaixo discriminadas:

<u>Proventos do Cargo:</u>	
100%- Lei nº 3.149/15, c/c Lei 3.288/16, o artigo 2º, inciso I da Lei 10.887/04 de 18.06.04, c/c § 7º inciso I do art. 40 do CRFB/88, c/c art. 6º A § único da E.C 41/03.	
100% de R\$ 1.205,27.....	R\$ 1.205,27
TOTAL.....	R\$ 1.205,27

FIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica recalculada e refixada em parcela única de R\$ 894,64 (OITOCENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS) a pensão da Srª. MARIA DA GRAÇA PEREIRA DE OLIVEIRA, companheira do ex–servidor Sr. WEIMAN GOMES SOUZA, falecido em 25.11.2008, no cargo de Agente Administrativo – Classe “A” – Referência IV da FMS, matrícula n.º 228.438-8, nos termos da Lei 2.288/05 em seu art. 6º inc. I e art. 13 inciso II alínea “a” c/c art. 2º, inciso I da Lei 10.887/04 de 18/06/04 c/c § 7º inciso I do Art. 40 da CRFB/88, c/c art. 6ºA da E. C. 41/03, conforme parcela abaixo discriminada:

<u>Proventos do Cargo:</u>	
100% - Lei 2.573/08, c/c o art.	
2º inc. I da Lei 10.887/04 de 18/06/04, c/c § 7º inc. I do Art. 40 da CRFB/88.	
100 % de R\$ 894,64.....	R\$ 894,64
TOTAL.....	R\$ 894,64

FIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica calculada e fixada em parcela única de R\$ 1.045,11 (Hum Mil e Quarenta e Cinco Reais e Onze Centavos) a pensão de NEUZA PEREIRA, companheira do ex–servidor NELSON CUNHA, falecido em 07/06/2016, no cargo de CAVOUQUEIRO- CLASSE C-ÍNDICE 9- SMA, matrícula nº 216.377-2, de acordo com art. 6º, inciso I ,c/c o art. 13 da Lei Municipal nº 2.288/05, c/c art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 2º, inciso I da Lei 10.887 de 18.06.04, conforme parcelas abaixo discriminadas:

<u>Proventos do Cargo:</u>	
100%- Lei nº 3.149/15 de 20/07/2016, c/c Lei 3.228/16 de 20/07/2016, c/c Port. Interm. MTPS/MF nº 08/2017, c/c § 7º inciso I do art. 40 do CRFB/88, c/c o artigo 2º, inciso I da Lei 10.887/04 de 18.06.04.	
100% de R\$ 674,28.....	R\$ 674,28
<u>Gratificação Adicional:</u>	
25% - Art. 98 inc. I da Lei 531/85, c/c o art. 1º da Deliberação nº 2.833/72,c/c Port. Interm. MTPS/MF nº 08/2017, c/c § 7º inciso I do art. 40 do CRFB/88, c/c o artigo 2º inciso I da Lei 10.887/04 de 18.06.04.	
100% de R\$ 168,56.....	R\$ 168,56
<u>Gratificação de Caráter Permanente:</u>	
30% - Art. 98 inciso II, e o artigo 167 da Lei nº 531/85, c/c Port. Interm. MTPS/MF nº 08/2017, c/c § 7º inciso I do art. 40 do CRFB/88, c/c o artigo 2º inciso I da Lei 10.887/04 de 18.06.04.	
100% de R\$ 202,27.....	R\$ 202,27
TOTAL.....	R\$ 1.045,11

FIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica calculada e fixada em parcela única de R\$ 2.700,12 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS E DOZE CENTAVOS) a pensão de ALICE ALVES DE FARIAS, companheira do ex–servidor CARLOS ANTONIO ROUPA, falecido em 19/07/2016, no cargo de AGENTE DE CONTROLE DE ZOONOSES – NÍVEL FUNDAMENTAL – REF. XVI - FMS, matrícula nº 227105-4, de acordo com o artigo 6º inciso I c/c art. 13 inc. II alínea “a” da Lei Municipal 2.288/05, c/c § 7º inciso I do art. 40 da Constituição Federal de 1988 c/c art. 2º inc. I da Lei 10.887/04, c/c art. 6º A da E.C. 41/03, conforme parcelas abaixo discriminadas:

<u>Vencimentos do Cargo:</u>	
100% - Lei nº 3.228/16, c/c § 7º inciso I do art. 40 do CRFB/88, c/c o artigo 2º, inciso I da Lei 10.887/04 de 18.06.04.	
100% de R\$ 1.936,82.....	R\$ 1.936,82
<u>Adicional de tempo de serviço:</u>	
30% - Art. 98 inc. I e 145 da Lei 531/85, c/ o 7º inciso I do art. 40 do CRFB/88, c/c o artigo 2º, inciso I da Lei 10.887/04 de 18.06.04.	
100% de R\$ 581,06.....	R\$ 581,06
<u>Vantagem Pessoal:</u>	
62,5% de 2/3 do Símbolo FMS-8 – Lei 1.565/96, c/ o 7º inciso I do art. 40 do CRFB/88, c/c o artigo 2º, inciso I da Lei 10.887/04 de 18.06.04.	
100% de R\$ 182,24.....	R\$ 182,24
TOTAL.....	R\$ 2.700,12

REFIXAÇÃO DE PROVENTOS DE PENSÃO: Ficam recalculada e refixada em parcela única de **R\$ 636,67** (Seiscentos e Trinta e Seis Reais e Sessenta e Sete Centavos), a pensão mensal de **ANTONIA SANTOS DA CRUZ, e WAGNER SANTOS DA CRUZ**, esposa e filho inválido do ex- servidor CARLOS ALBERTO DA CRUZ, falecido em 09.09.2010, no cargo de Motorista- nível 05- SMA, matrícula nº 214.345-3, em atendimento à diligência exigida pelo TCE/RJ, nos autos do processo administrativo nº 310001226/2010, conforme as parcelas abaixo discriminadas:

<u>Vencimento do cargo</u> - Lei nº 2.271 de 30.06.2010, c/c art. 96, inciso II da Lei 531/85 art. 2º, inciso II e art. 15 da Lei 10.887/2004 de 18/06/04, c/c § 7º inciso II do art. 40 da CRFB/88.....	
R\$ 471,61	
<u>Gratificação de Adicional</u> – 35% - art.145 da Lei nº 531/85 c/c o art.1º da Deliberação nº 2.833/72, c/c art. 2º inciso II art. 15 da Lei 10.887/04 de 18/06/04, c/c § 7º inciso II do art. 40 da CRFB/88	
R\$165,06	
Total.....R\$ 636,67	

REFIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica recalculada e refixada em parcela única de R\$ 580,92 (Quinhentos e oitenta reais e noventa e dois centavos) a pensão de ELIANE FERREIRA DA SILVA E EDUARDO FERREIRA KIENEN , companheira e filho do ex-servidor EVALDO KIENEN, falecido em 27/10/2009, no cargo de TRABALHADOR - NÍVEL – 01 - SMA, matrícula n.º 222856-7, na proporção de 50% para cada um, de acordo com o artigo 2º inciso II e o art. 15, da Lei 10.887/04 de 18.06.04, c/c § 7º inciso II do art. 40 do CRFB/88, apurada conforme parcelas abaixo discriminadas:

<u>Proventos do Cargo:</u>	
100% - Lei nº 2.644/09, c/c Art.96 inc. II da Lei 531/85, c/c artigo 2º, inciso II e o art. 15, da Lei 10.887/04 de 18.06.04, c/c § 7º inciso II do art. 40 do CRFB/88.	
100% de R\$ 464,73.....	R\$ 464,73
<u>Gratificação Adicional:</u>	
25%- Art. 145 da Lei 531/85, c/c o art.1º da Deliberação nº 2.833/72, c/c c/c artigo 2º, inciso II e o art. 15, da Lei 10.887/04 de 18.06.04, c/c § 7º inciso II do art. 40 do CRFB/88.	
100% de R\$ 116,19.....	R\$ 116,19
TOTAL.....	R\$ 580,92

REFIXAÇÃO DE PENSÃO

Fica recalculada e refixada em R\$ 935,43 (novecentos e trinta cinco reais e quarenta tres centavos), a pensão do Sr. GILSON NARCISO LEGENTIL, esposo da ex-servidora, Sra. JANICE DA SILVA LEGENTEL, falecida em 21.11.2012, no cargo de Auxiliar de Biblioteca # QSL-8 # CMN, matrícula n.º 101.149-3, conforme parcelas abaixo discriminadas:

Proventos do Cargo:

100% - Lei 2.970/12, c/c Port. Interministerial nº MPS/MF nº 15/2013, c/c § 7º do art. 40 da CRFB/88, c/c Art. 6º A § único da E.C. 41/2003.
100 % de R\$ 748,35.....R\$ 748,35

Adicional Tempo de Serviço:

25% - Art. 145 e 98 inc. I da Res. 1550/87 c/c Port. Interministerial nº MPS/MF nº 15/2013, c/c § 7º do art. 40 da CRFB/88, c/c Art. 6º A da E.C. 41/2003.
100 % de R\$ 187,08.....R\$ 187,08
TOTAL..... R\$ 935,43

Ficam refixados, a contar de 26/09/2012, em R\$ 3.376,28 (três mil, trezentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos), os proventos mensais de MARIA HELENA ALMEIDA DE OLIVEIRA, portadora da matrícula nº 2441-3, aposentada no cargo de TÉCNICO DE PLANEJAMENTO, Nível Superior IV, do Quadro Permanente, ficando, assim, cancelada a Apostila publicada em 25/09/2012, em atendimento à diligência exigida pelo TCE/RJ, nos autos do processo administrativo nº 310000921/2012

Ficam refixados, a contar de 29/03/2012, em R\$ 1.138,73 (hum mil, cento e trinta e oito reais e setenta e três centavos), os proventos mensais de FRANCISCO PEREIRA DA CRUZ, portador da matrícula nº 2881-1, aposentado no cargo de ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO, Nível NM-4, Classe IV, do Quadro Permanente, ficando, assim, cancelada a Apostila publicada em 05/07/2011, em atendimento à diligência exigida pelo TCE/RJ, nos autos do processo administrativo nº 310000278/2010.

NITERÓI – EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – NELTUR

PORTARIA Nº 154 /2017

O Diretor-Presidente da NITERÓI – EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – NELTUR, no uso de suas atribuições legais e estatutárias.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de Pregão, o servidor Luiz Antônio Restum Desmarais – matrícula Nº 5897149, e como Pregoeiro substituto Oswaldo Teixeira Pavão – matrícula Nº 5897194.

Artigo 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, os servidores:

- a) Vânia Maria Rodrigues da Cruz – matrícula Nº 5411;
- b) Gildo Caminha Carneiro – matrícula Nº 5198;
- c) Joimar Pereira Silva – matrícula Nº 551459
- d) Oswaldo Teixeira Pavão – matrícula Nº 5897194;
- e) Pedro Paulo Coutinho dos Santos – matrícula Nº 5321545;
- f) Fellipe Fernandes de Figueiredo – matrícula Nº 5267862;
- g) Edson Vieira da Motta – matrícula Nº 5181020;
- h) Juliana de Avellar – matrícula Nº 5267874.

Parágrafo Único: Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes.

Artigo 3º - O Pregoeiro ou seu substituto ficam autorizados a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da NELTUR ou técnicos da área de qualquer órgão Municipal, para auxiliarem na análise das propostas e documentos.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 04/01/2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 152/2017, publicada em 24/01/2017.